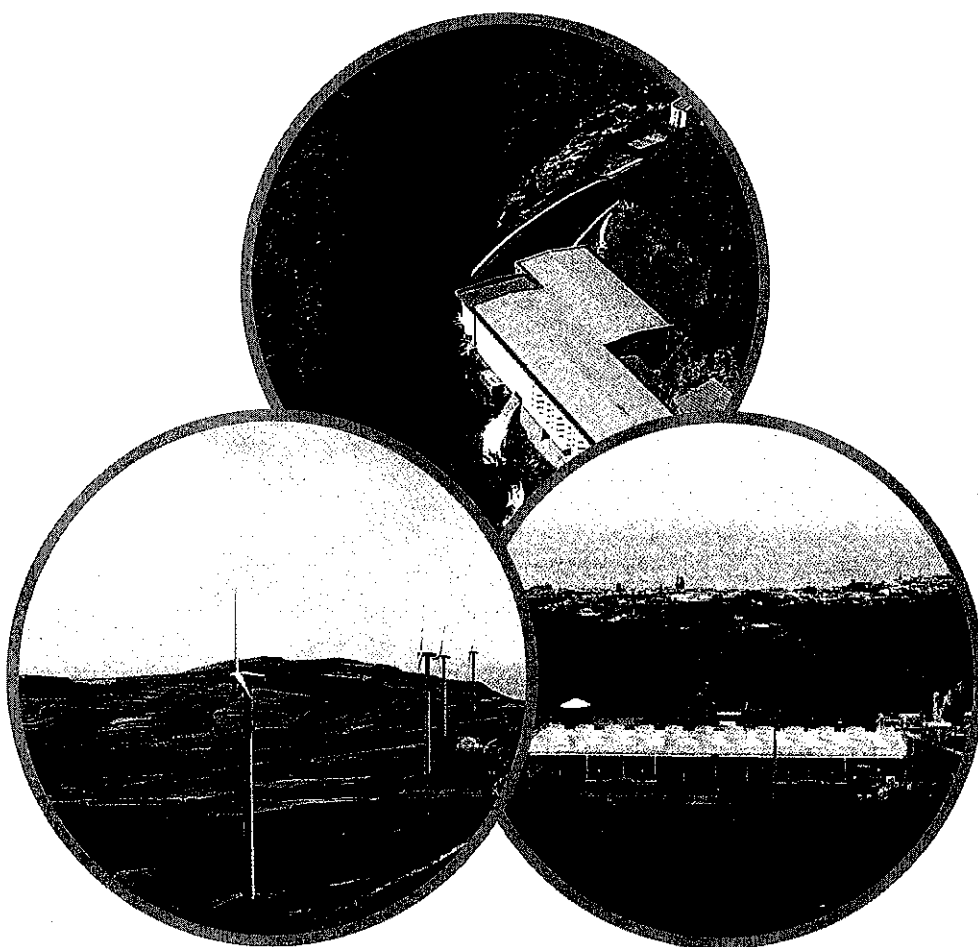




## **RELATÓRIO E CONTAS**

PERÍODO 2015



# **RELATÓRIO E CONTAS**

## **PERÍODO 2015**

### **ÍNDICE**

*Handwritten signatures and initials: "cu", "D&A", and others.*

<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>3</b>
<b>CARACTERIZAÇÃO DOS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>5</b>
<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE.....</b>	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>7</b>
<b>3.1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>3.2 ORGANOGRAMA .....</b>	<b>9</b>
<b>3.3 ÓRGÃOS SOCIAIS.....</b>	<b>10</b>
<b>3.4 CENTROS PRODUTORES .....</b>	<b>11</b>
<b>3.5 RECURSOS HUMANOS.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO IV.....</b>	<b>14</b>
<b>4.1 FATOS RELEVANTES .....</b>	<b>15</b>
<b>4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>4.2.1 Exploração de Centrais Geotérmicas.....</b>	<b>20</b>
<b>4.2.1.1 Central Geotérmica do Pico Vermelho.....</b>	<b>21</b>
<b>4.2.1.2 Central Geotérmica da Ribeira Grande.....</b>	<b>23</b>
<b>4.2.2 Exploração de Recursos Geotérmicos .....</b>	<b>24</b>
<b>4.2.2.1 Campo de Desgaseificação nas Caldeiras da Ribeira Grande.....</b>	<b>25</b>
<b>4.2.3 Exploração de Parques Eólicos.....</b>	<b>26</b>
<b>4.2.4 Exploração de Centrais Hidroelétricas .....</b>	<b>27</b>
<b>4.3 CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO .....</b>	<b>28</b>
<b>4.3.1 Beneficiações na Central Geotérmica da Ribeira Grande.....</b>	<b>29</b>
<b>4.3.2 Projetos de Expansão da Capacidade de Geração .....</b>	<b>29</b>
<b>4.3.3 Projeto Geotérmico da Terceira .....</b>	<b>30</b>
<b>4.3.4 Usos-Diretos.....</b>	<b>31</b>
<b>4.3.5 Remodelação da Central Hídrica de Além Fazenda.....</b>	<b>32</b>
<b>4.3.6 Construção de Parques Fotovoltaicos nas Ilhas de S. Maria e Corvo .....</b>	<b>32</b>
<b>4.3.7 Construção do Parque Eólico da Ilha do Corvo.....</b>	<b>33</b>
<b>4.4 CARACTERIZAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES .....</b>	<b>34</b>
<b>4.4.1 Prestações de Serviços .....</b>	<b>34</b>
<b>4.5 AÇÕES PRÓPRIAS.....</b>	<b>34</b>
<b>4.6 NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES .....</b>	<b>34</b>
<b>4.7 SUCURSAIS DA SOCIEDADE .....</b>	<b>34</b>
<b>4.8 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO .....</b>	<b>34</b>
<b>4.9 PERSPECTIVAS PARA 2016 .....</b>	<b>34</b>
<b>CAPÍTULO V .....</b>	<b>38</b>
<b>5.1 INFORMAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA .....</b>	<b>39</b>
<b>5.2 RESULTADOS.....</b>	<b>39</b>
<b>5.3 RENDIMENTOS E GASTOS.....</b>	<b>41</b>
<b>5.4 VALOR ACRESCENTADO BRUTO E CASH-FLOW .....</b>	<b>42</b>
<b>5.5 SITUAÇÃO PATRIMONIAL.....</b>	<b>44</b>
<b>CAPÍTULO VI.....</b>	<b>47</b>
<b>6.1 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....</b>	<b>48</b>
<b>CAPÍTULO VII .....</b>	<b>49</b>
<b>Balanço .....</b>	<b>51</b>
<b>Demonstração dos resultados por naturezas .....</b>	<b>52</b>
<b>Demonstração das alterações no capital próprio.....</b>	<b>53</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa .....</b>	<b>54</b>
<b>Anexo às demonstrações financeiras .....</b>	<b>55</b>

de 10/2  
Cui 2015  
27.

## **CAPÍTULO I**

### **CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE**

**CARACTERIZAÇÃO DOS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO**

	2011	2012	2013	2014	2015
<b>PRODUÇÃO</b>					
Produção Total Energia Elétrica Fonte Renovável (GWh)	252	225	273	279	268
Produção Geotérmica (GWh)	186	134	174	183	182
Produção Hídrica (GWh)	33	28	29	24	24
Produção eólica (GWh)	33	63	69	72	62
<b>EQUIPAMENTO (2)</b>					
Centrais Geotérmicas (nº)	2	2	2	2	2
Centrais Hídricas (nº)	12	11	11	11	12
Parques Eólicos (nº)	8	7	8	8	7
Potência Instalada em Centrais e Parques Eólicos (MW)	54	52	59	59	60
Centrais Geotérmicas (MW)	23	23	23	23	23
Centrais Hídricas (MW)	8	7	7	7	8
Parques Eólicos (MW)	23	22	29	29	29
<b>ECONÓMICO-FINANCEIROS</b>					
Volume de Negócios (mil euros)	22 516	20 700	25 679	26 874	25 813
Resultado Operacional - EBIT (mil euros)	7 214	6 193	11 385	11 238	8 682
EBITDA (mil euros)	20 978	12 012	23 701	20 476	20 112
Ativo Líquido (mil euros)	115 003	113 721	118 372	123 597	123 765
Investimento (mil euros)	21 428	12 999	7 698	3 104	2 880

*Handwritten signatures and initials:*  
JL  
CH  
AP  
JST

## **CAPÍTULO II**

### **MENSAGEM DO PRESIDENTE**

**MENSAGEM DO PRESIDENTE**

No ano de 2015, a EDA RENOVAVEIS volta a demonstrar resultados muito positivos, com uma produção anual de energia elétrica com origem em recursos energéticos endógenos de 268,0 GWh, não obstante o decréscimo de 4,0% relativamente ao ano anterior. A produção de origem geotérmica ascendeu a 182,0 GWh, a de origem eólica atingiu os 61,7 GWh e a de origem hídrica foi de 24,3 GWh. Estes resultados permitiram que, no ano de 2015, a EDA RENOVAVEIS atingisse um volume de negócios de 25,81M€ e um resultado líquido positivo de 6,54 M€.

As atividades no ano de 2015 compreenderam a continuação da exploração de recursos geotérmicos nas centrais do Pico Vermelho e da Ribeira Grande e, na vertente de investimento, um esforço significativo no desenvolvimento dos estudos preparatórios para a implementação dos novos projetos programados para o campo geotérmico da Ribeira Grande, que permitirão reforçar de forma significativa a produção de energia elétrica de fonte geotérmica. No que respeita à produção de energia hídrica, destaca-se a inauguração das obras de ampliação e reabilitação da Central Hídrica de Além Fazenda, na ilha das Flores.

A realização dos objetivos estabelecidos para 2015 contou com a colaboração da EDA, acionista maioritária da empresa, que colocou os meios necessários à disposição da EDA RENOVAVEIS, aqui se registando o nosso agradecimento.

Por último, queremos reafirmar o nosso justo apreço a todos os trabalhadores da EDA RENOVAVEIS, pela dedicação demonstrada na consecução dos objetivos estabelecidos e empenho posto na realização das ações desenvolvidas ao longo dos anos, que se traduz nas metas de produção, cada vez mais ambiciosas e nos resultados consolidados da empresa, com benefício para o Grupo EDA.

de pr  
eu  
Ar. det

## **CAPÍTULO III**

### **CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA**

*Handwritten signatures and initials in the top right margin.*

### **3.1 INTRODUÇÃO**

A EDA RENOVAVEIS é uma sociedade anónima registada na Conservatória do Registo Comercial a 30 de dezembro de 2013, com sede na Central Geotérmica do Pico Vermelho, Estrada Regional da Lagoa do Fogo, concelho da Ribeira Grande, Ilha de S. Miguel, Açores, tendo como objeto social o aproveitamento de recursos renováveis, designadamente de recursos hídricos, eólicos, geotérmicos, solares, resíduos e outros para a produção de eletricidade ou outros fins.

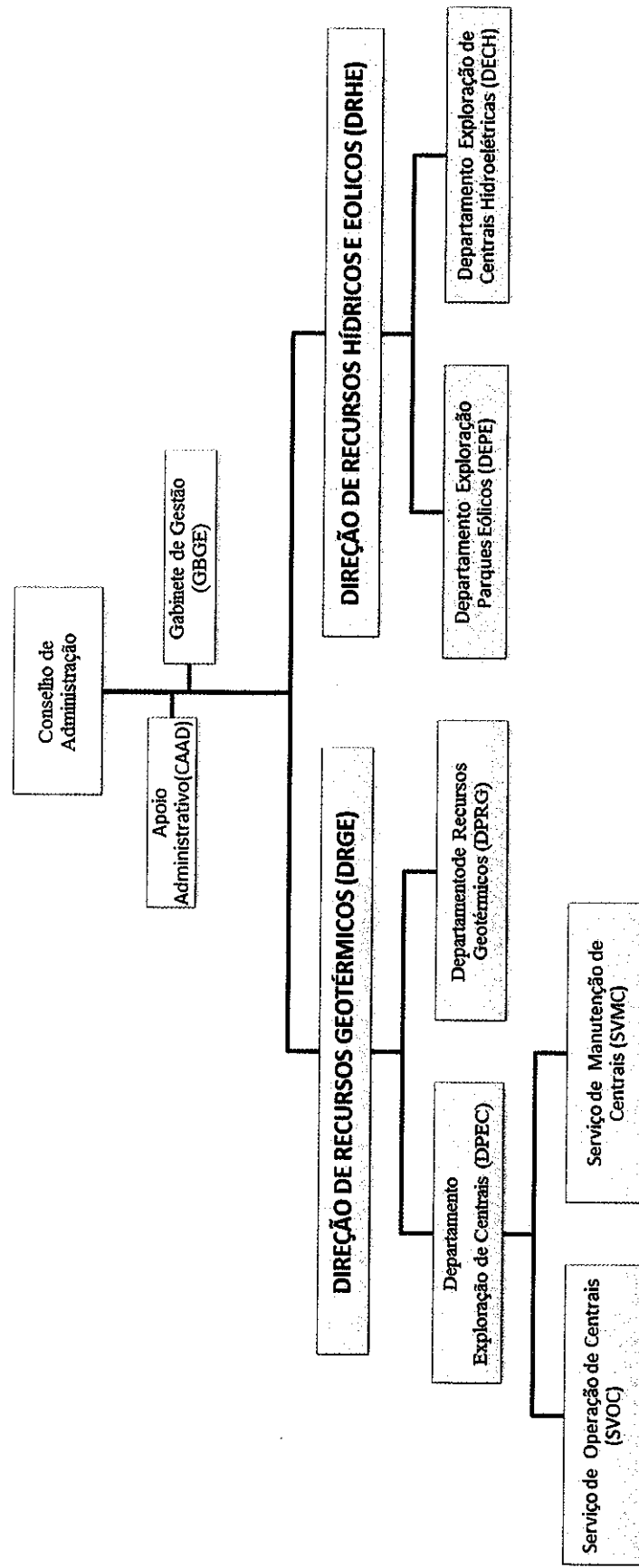
No âmbito da reestruturação das empresas do Grupo EDA, em 2014 realizou-se a fusão por incorporação, mediante a transferência global do património, da GEOTERCEIRA – Sociedade Geoelectrica da Terceira, S.A. na recém formada EDA RENOVAVEIS, S. A..

O capital social da sociedade é de vinte e três milhões setecentos e noventa e nove mil e novecentos e setenta euros, representado por quatro milhões setecentos e cinquenta e nove e novecentos e noventa e quatro ações, com o valor nominal de cinco euros cada.

A EDA – Electricidade dos Açores, S.A. e a SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda., detêm, respetivamente, uma participação de 99,68% e de 0,32% do capital social da sociedade.



### 3.2 ORGANOGRAMA



*de pr*  
*cell.*  
*Dr. Det*

### **3.3 ÓRGÃOS SOCIAIS**

#### **Conselho de Administração**

**Presidente:** Prof. Doutor Duarte José Botelho da Ponte  
**Administrador:** Dr. Maria do Carmo Matias Marques Martins  
**Administrador:** Dr. José Luís Pimentel Amaral  
**Administrador:** Eng. Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte  
**Administrador:** Eng. David Luís Ramalhinho Estrela

#### **Mesa da Assembleia Geral**

**Presidente:** Dr. Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel  
**Vice-Presidente:** Dr. Fernando Manuel Rodrigues Ferreira  
**Secretário:** Dr. José Emanuel Lopes Fernandes

#### **Conselho Fiscal**

**Presidente:** Dr. Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda  
**Vogal:** Dr. Luís Filipe Neves da Silva  
**Vogal:** UHY & Associados, SROC, Lda., representada por Manuel Luís Fernandes Branco, ROC n.º 652  
**Suplente:** Duarte Giesta, SROC Unipessoal, Lda., representada por Duarte Félix Giesta

*Handwritten signatures and initials:*  
J. Botelho da Ponte  
C. Raposo Bicudo da Ponte  
D. Ramalhinho Estrela

### 3.4 CENTROS PRODUTORES

Em 2015, o sistema electroprodutor explorado pela EDA RENOVAVEIS era constituído por:

- 7 parques eólicos nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico, Faial e Flores, com uma potência total instalada de cerca de 28,6 MW, distribuída por:

Ilha	Parque Eólico	Potência (MW)
Santa Maria	Figueiral	1,50
São Miguel	Graminhais	9,00
Terceira	Serra do Cume	9,00
São Jorge	Pico da Urze	1,80
Pico	Terras do Canto	2,40
Faial	Salão	4,25
Flores	Boca da Vereda	0,60

A localização dos parques eólicos foi condicionada, numa primeira fase, às ilhas mais pequenas (Santa Maria, Graciosa e São Jorge), não só devido a razões ambientais e para aumentar a penetração de energias renováveis mas, também de reduzir os custos com os combustíveis fósseis. Numa segunda fase, foram construídos parques eólicos nas restantes ilhas.

- 12 Centrais Hídricas, com uma potência total de cerca de 8,4 MW, distribuída por:

Ilha	Central Hídrica	Potência (MW)
São Miguel	Salto do Cabrito	0,71
	Tambores	0,11
	Canário	0,40
	Foz Ribeira Quente	0,82
	Ribeira da Praia	0,80
	Nova	0,61
	Tuneis	1,61
Terceira	Nasce D'Água	0,72
	Cidade	0,26
	S. João	0,45
Faial	Varadouro	0,32
Flores	Ribeira Além Fazenda	1,63

Os aproveitamentos hídricos estão localizados principalmente nas maiores e mais populosas ilhas, São Miguel, Terceira e Faial e também na Ilha das Flores, devido à abundância do recurso hídrico.

- 2 Centrais Geotérmicas, na Ilha de São Miguel, com uma potência de 23 MW, distribuída por:

<b>Ilha</b>	<b>Central Geotérmica</b>	<b>Potência (MW)</b>
São Miguel	Pico Vermelho	10,00
	Ribeira Grande	13,00

A Central Geotérmica da Ribeira Grande localiza-se no sector de Cachaços-Lombadas do campo geotérmico da Ribeira Grande e iniciou a sua atividade em 1994. Atualmente é abastecida pelo geofluido captado em quatro poços de produção (CL1, CL5, CL6 e CL7), sendo o efluente injetado em dois poços de injeção (CL4 e CL4-A). A Central Geotérmica do Pico Vermelho explora o recurso captado no sector localizado mais a Norte do campo geotérmico (Pico Vermelho) sendo alimentada pelos fluidos geotérmicos dos poços de produção PV2, PV3, PV4, PV7 e PV8, e dispondo de três poços de injeção (PV9, PV10 e PV11). Esta Central iniciou a sua atividade industrial em 2007, substituindo a antiga central geotérmica piloto do Pico Vermelho que se encontrava em atividade desde 1980.

Assim, a potência total instalada do sistema electroprodutor explorado pela EDA RENOVAVEIS é de cerca de 60 MW.

### 3.5 RECURSOS HUMANOS

O número total de trabalhadores com vínculo à EDA RENOVAVEIS, no final de 2015, correspondeu a 49 trabalhadores, dos quais 11 cedidos pela EDA.

No âmbito da valorização dos recursos humanos, através da formação profissional, foram desenvolvidas as ações de formação dos quadros superiores e da equipa de manutenção, conforme se descreve seguidamente:

- Curso de curta duração sobre engenharia de reservatórios geotérmicos. Esta formação foi ministrada em São Miguel pela Universidade das Nações Unidas da Islândia, e dirigida aos quadros superiores da DRGE.
- Curso de curta duração sobre geoquímica do fluido geotérmico. Esta formação foi ministrada em São Miguel pela Universidade das Nações Unidas da Islândia, e dirigida aos quadros superiores da DRGE.
- Curso de pós-graduação em geotermia. Este curso decorreu na Universidade das Nações Unidas, Islândia, e foi dirigido a dois quadros superiores da DRGE. Durante 6 meses, os colaboradores tiveram aulas teóricas e aulas de campo nas diversas áreas da exploração de recursos geotérmicos, com avaliação no final de cada módulo letivo. Os últimos 3 meses foram dedicados ao desenvolvimento de um projeto relacionado com as áreas de interesse e intervenção no interior da EDA RENOVAVEIS.
- Curso de operação e manutenção de ferramenta de medição de pressão e temperatura no interior dos poços geotérmicos (K10), ministrada pela KUSTER.
- Ação de formação no aparelho laser OPTALIGN para alinhamento de veios de máquinas.
- Ações de formação em manutenção de aerogeradores das marcas ENERCON e VESTAS ministradas nas instalações dos fabricantes.
- Ação de formação / simulacro de resgate de trabalhos em altura em aerogeradores.
- Ações genéricas de primeiros socorros e de utilização de equipamentos de proteção individual.
- Legislação ambiental – aplicabilidade e conformidade legal de uma empresa.

sc  
cult. for  
Ch. Dkt

## **CAPÍTULO IV**

### **RELATÓRIO DE GESTÃO**



#### **4.1 FATOS RELEVANTES**



Da atividade da EDA RENOVÁVEIS no ano de 2015 ressalta a manutenção dos resultados positivos de exploração das Centrais Geotérmicas, assim como o lançamento do Concurso Público para a Construção da Central Geotérmica do Pico Alto na ilha Terceira, e consequente assinatura do contrato, assim como os relativos às restantes empreitadas visando a completa construção da Central. O primeiro semestre do ano de 2015 foi climatologicamente ameno caracterizado por uma precipitação dentro dos valores inferiores aos normais que permitiram obter resultados de produção abaixo do esperado nas centrais hídricas. Alguns problemas nos equipamentos, nomeadamente nas condutas das centrais da Terceira e no sistema de comando da central do Varadouro, na ilha do Faial, causaram indisponibilidades no equipamento que afetaram a produção nessas ilhas. O terceiro e quarto trimestre do ano, caracterizado por um clima mais regular e com maior pluviosidade, contribuíram para uma tendência de correção dos resultados obtidos tornando-os mais em linha com as médias históricas. Ao longo do ano sobressaem, também, outros acontecimentos significativos que importam destacar:



##### **Janeiro**

- Celebração de contrato para elaboração do projeto das obras de construção civil da Central Geotérmica do Pico Alto.

##### **Fevereiro**

- Decisão de não adjudicação e revogação da decisão de contratar referente ao concurso público internacional "Contrato de conceção, construção, fornecimento, montagem, ensaios e entrada em serviço da Central Geotérmica do Pico Alto de 2,5 a 3 MW", lançado pela GEOTERCEIRA, S. A.;
- Lançamento do novo concurso público internacional "Contrato de conceção, construção, fornecimento, montagem, ensaios e entrada em serviço da Central Geotérmica do Pico Alto de 3 a 3,5 MW".

##### **Março**

- Substituição do interface do Autómato da Central Hídrica dos Túneis;
- Reabilitação do alternador da Central Hídrica da Fábrica Nova entrando em serviço, após testes em oficina e montagem, em Dezembro;
- Adjudicação dos serviços de projeto de reabilitação das condutas forçadas das

centrais hídricas da ilha Terceira.



#### **Abril**

- Celebração de contrato para elaboração de Estudo de Impacte ambiental do projeto de execução dos poços geotérmicos CL8, CL9 e CL10;
- Curso de operação e manutenção de ferramenta de medição de pressão e temperatura no interior dos poços geotérmicos (K10), ministrada pela KUSTER.



#### **Maio**

- Participação de dois colaboradores da EDA RENOVÁVEIS no curso de 6 meses de pós-graduação em geotermia na Universidade das Nações Unidas, Islândia.

#### **Junho**

- Curso de curta duração sobre geofísica de sondagens. Esta formação foi ministrada em São Miguel pela Universidade das Nações Unidas da Islândia, e dirigida aos quadros superiores da DRGE;
- Implementação de automatismo de controlo no Parque Eólico dos Graminhais.

#### **Julho**

- Beneficiação dos coletores de água e vapor da Central Geotérmica da Ribeira Grande;
- Celebração do "Contrato de conceção, construção, fornecimento, montagem, ensaios e entrada em serviço da Central Geotérmica do Pico Alto de 3 a 3,5 MW" com o consórcio EXERGY, S. P. A. & CME, S. A.;
- Inauguração, por Sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores, Dr. Vasco Cordeiro, das obras de ampliação e reabilitação da Central Hídrica de Além Fazenda, na ilha das Flores no dia 22 de Julho de 2015.

#### **Agosto**

- Lançamento do processo de consulta para o "Contrato de empreitada de conceção, construção, fornecimento, montagem, ensaios e entrada em serviço da subestação 30 kV da Central Geotérmica do Pico Alto";
- Lançamento do processo de consulta para o "Contrato de empreitada para a conceção, de materiais, transportes, construção, ensaio e comissionamento da linha de injeção e equipamentos auxiliares da Central Geotérmica do Pico Alto";



- Lançamento do processo de consulta para a "Aquisição de um Transformador de Potência 31,5/11 kV, 5,5 MVA, e equipamento associado e um Transformador de Serviços Auxiliares a instalar na Central Geotérmica do Pico Alto";
- Visto do Tribunal de Contas para o "Contrato de conceção, construção, fornecimento, montagem, ensaios e entrada em serviço da Central Geotérmica do Pico Alto de 3 a 3,5 MW";
- Reparação, pintura e conservação dos alternadores dos aerogeradores E44 instalados nos parques eólicos da Serra do Cume e dos Graminhais.

### **Setembro**

- Curso de curta duração sobre geoquímica do fluido geotérmico. Esta formação foi ministrada em São Miguel pela Universidade das Nações Unidas da Islândia, e dirigida aos quadros superiores da DRGE;
- Atualização do modelo conceptual e numérico do reservatório Geotérmico da Ribeira Grande;
- Celebração de contrato de concessão de apoio financeiro para projeto pré-definido designado "Construção da Central Geotérmica Piloto de 3 MW, na ilha Terceira" com a EDA, S. A., na qualidade de Operador do Programa da Área das Energias Renováveis do MFEE.

### **Outubro**

- Execução do furo de água ER1 no lugar do Chambre, Pico Alto, ilha Terceira.
- Lançamento do processo de consulta para o contrato de "Empreitada de Construção Civil da Central Geotérmica do Pico Alto, ilha Terceira";
- Adjudicação da empreitada de proteção e reforço das fundações do viaduto sobre a ribeira do Salto na ilha de S. Jorge com demolição do medidor de caudal existente;
- Cerimónia de lançamento da primeira pedra da Central Geotérmica do Pico Alto.

### **Dezembro**

- Celebração de contrato de "Empreitada de Construção Civil da Central Geotérmica do Pico Alto, ilha Terceira";
- Celebração do "Contrato de empreitada para a conceção, fornecimento de materiais, transportes, construção, ensaio e comissionamento da linha de injeção e equipamentos auxiliares da Central Geotérmica do Pico Alto";

- 
- Instalação do sistema de auto-lubrificação do mecanismo de yaw nos aerogeradores VESTAS do Parque Eólico do Salão.

Ch.  
for  
H. J. J.

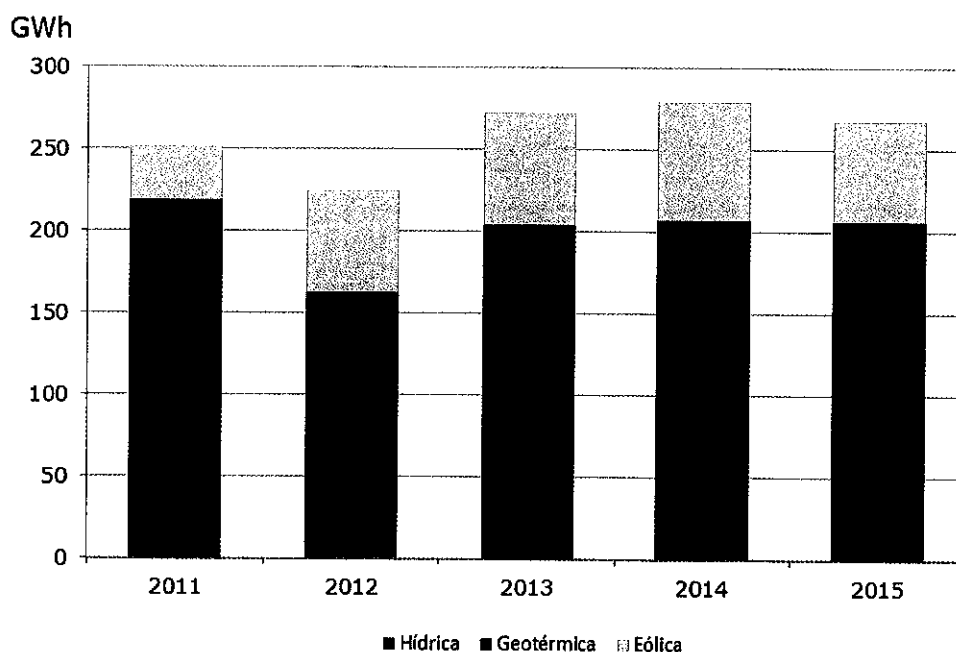
#### 4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO

Em 2015, a produção anual de energia elétrica com origem em recursos energéticos endógenos atingiu os 268,0 GWh, correspondendo a um decréscimo de 4,0% relativamente ao ano anterior. As energias de origem hídrica, geotérmica e eólica apresentaram, face ao ano transato, variações de 2,1%, -0,5% e -14,8%, respetivamente.

**Tabela 1 – Produção de energia renovável por recurso (GWh)**

	2011	2012	2013	2014	2015	2014/2015 (%)
<b>Hídrica</b>	33,0	28,4	29,4	23,8	24,3	2,1
<b>Geotérmica</b>	185,6	134,1	174,3	182,9	182,0	-0,5
<b>Eólica</b>	33,0	62,7	68,9	72,4	61,7	-14,8
<b>Total</b>	<b>251,6</b>	<b>225,1</b>	<b>272,6</b>	<b>279,1</b>	<b>268,0</b>	<b>-4,0</b>

Destaca-se que a produção de eletricidade a partir das fontes geotérmica, eólica e hídrica contribuíram, respetivamente, com 67,9%, 23,0% e 9,1% do total da produção anual de energia elétrica renovável (268,0 GWh).



**Fig. 1 – Produção de energia renovável, por recurso**

CUH.  
for  
F.  
2015

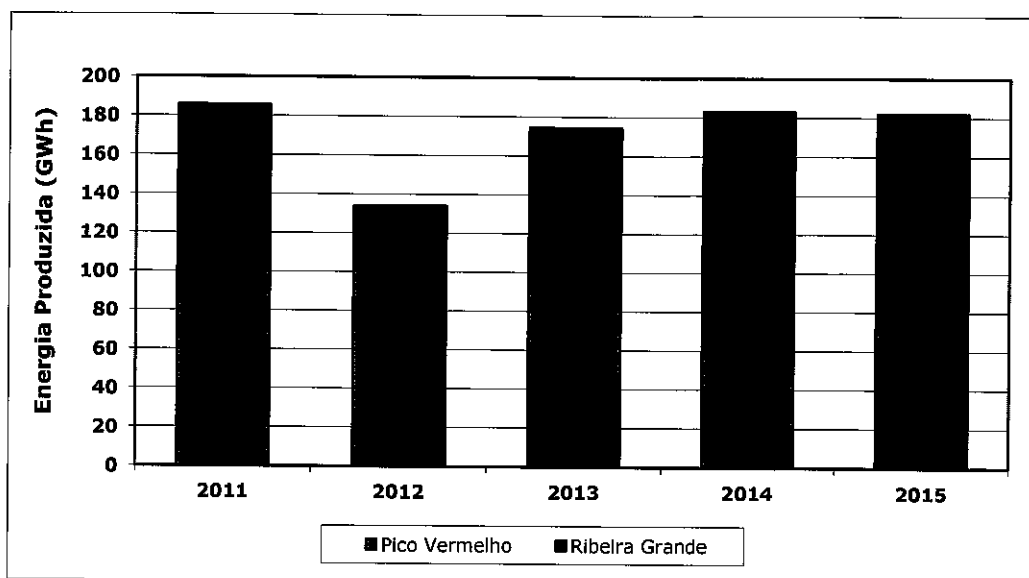
**Tabela 2 – Produção de energia renovável por ilha e recurso em 2015 (GWh)**

	<b>Geotérmica</b>	<b>Hídrica</b>	<b>Eólica</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Santa Maria</b>			2,61	<b>2,61</b>
<b>S. Miguel</b>	182,04	21,39	16,90	<b>220,33</b>
<b>Terceira</b>			24,30	<b>24,30</b>
<b>S. Jorge</b>			4,03	<b>4,03</b>
<b>Pico</b>			6,15	<b>6,15</b>
<b>Faial</b>		0,12	6,44	<b>6,56</b>
<b>Flores</b>		2,77	1,27	<b>4,04</b>
<b>TOTAL</b>	182,04	24,27	61,70	<b>268,01</b>

A contribuição da fonte geotérmica, durante o ano de 2015, na estrutura de produção de eletricidade da ilha de São Miguel foi de cerca de 43,8 %, situando-se entre as contribuições da produção Térmica (fuel), que representou 47,0 % e as restantes energias renováveis, Hídrica e Eólica, com 5,1 % e 4,1 %, respetivamente.

#### **4.2.1 Exploração de Centrais Geotérmicas**

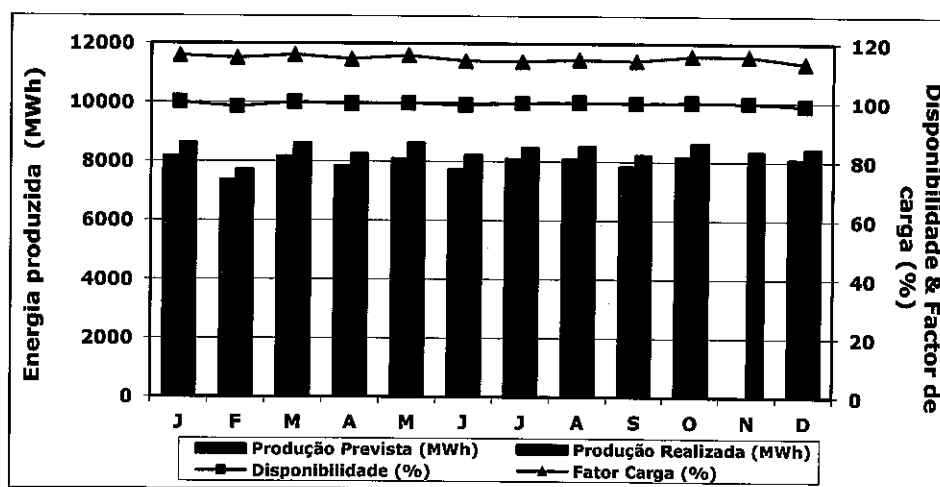
No ano de 2015, a produção de energia elétrica a partir de recursos geotérmicos foi de 182,0 GWh (Figura 2), contribuindo a Central Geotérmica da Ribeira Grande com 81,4 GWh e a Central Geotérmica do Pico Vermelho com 100,6 GWh. A Central Geotérmica da Ribeira Grande operou a uma potência média anual de 9,4 MW e a Central Geotérmica do Pico Vermelho produziu a uma potência média anual de 11,5 MW.



**Figura 2 – Evolução da produção das Centrais Geotérmicas**

#### 4.2.1.1 Central Geotérmica do Pico Vermelho

A Central Geotérmica do Pico Vermelho, no seu nono ano de exploração, mantém os resultados e indicadores de produção estáveis desde a sua entrada ao serviço, fruto da boa condição demonstrada pelos equipamentos instalados e da disponibilidade de excedente de fluido geotérmico à cabeça dos poços de produção, verificando-se em 2015 uma produção total de 100,6 GWh, tendo assim superado a produção prevista em cerca de 13,0 GWh. A disponibilidade atingida nesta instalação foi de 99,6%. Na Figura 3 apresentam-se os indicadores de produção mensais da Central Geotérmica do Pico Vermelho.



**Figura 3 – Indicadores de produção mensais da Central Geotérmica do Pico Vermelho (2015)**

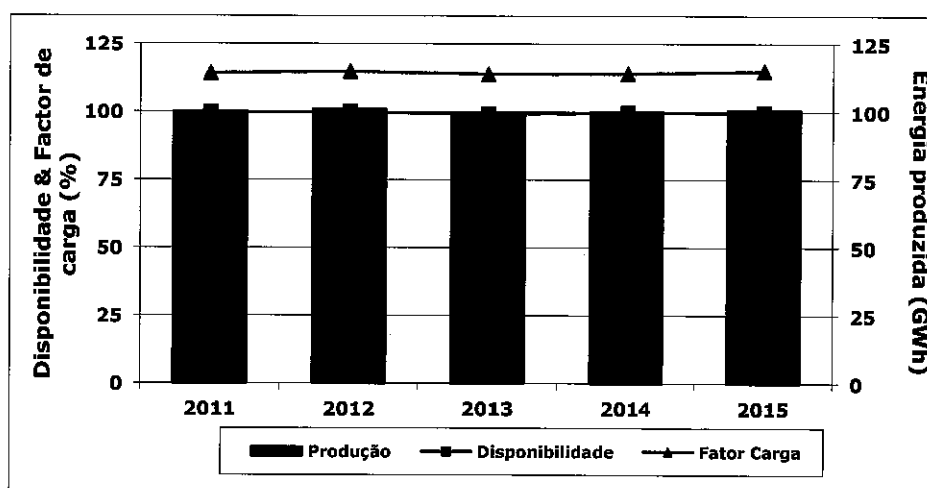
De um modo mais detalhado, ilustram-se na Tabela 3 os principais indicadores de operação da central, previstos e realizados em 2015 e a realização do ano de 2014, para efeito comparativo.

**Tabela 3 – Indicadores de produção da Central Geotérmica do Pico Vermelho**

Parâmetro	Un.	2014	2015	
		Realizado	Previsto	Realizado
Produção	GWh	100,0	87,6	100,6
Potência Média	MW	11,4	10,9	11,5
Disponibilidade	%	99,7	91,3	99,6
Fator de carga <sup>(1)</sup>	%	114,1	100,0	114,9

(1) Quando comparada com a potência contratada.

A Figura 4 mostra a evolução da produção anual da central desde no período de 2011 a 2015.



**Figura 4 – Evolução dos parâmetros de exploração da Central Geotérmica do Pico Vermelho**

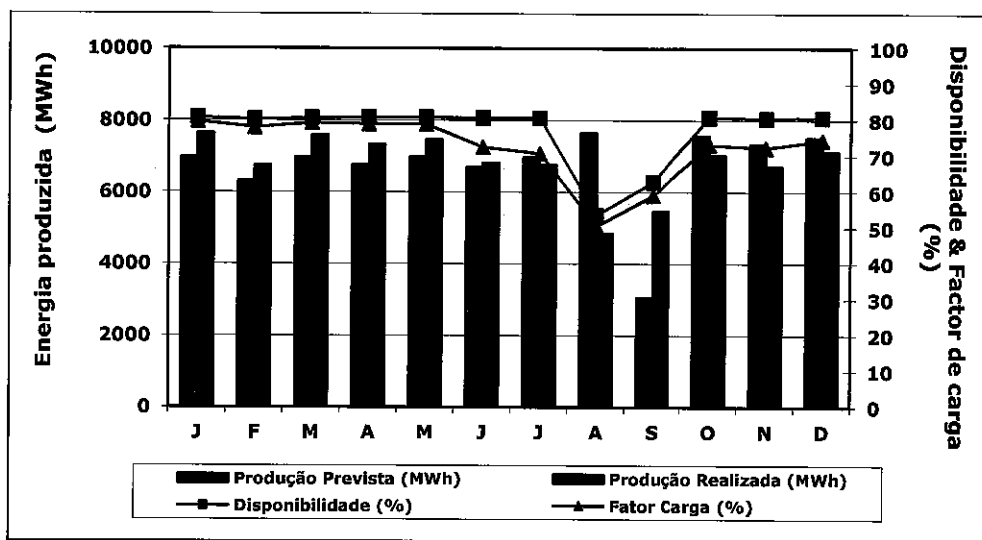
Estes resultados são fruto da combinação da existência de um excedente de capacidade de produção de fluido geotérmico dos poços de produção com a reserva de potência do grupo gerador, associada à capacidade que vem demonstrando em processar os caudais adicionais disponibilizados aos permutadores de calor e às turbinas.

A Central Geotérmica do Pico Vermelho em 2015 registou um reduzido número de intervenções de manutenção de índole corretiva, e as que ocorreram foram de curta duração, comprovando a elevada fiabilidade do grupo e equipamentos auxiliares, e assim

procurou-se maximizar as horas de produção deste centro electroprodutor. Foram executadas as inspeções dos sistemas de injeção de inibidor nos poços de produção de acordo com o plano previsto, assim como a paragem do grupo para revisão anual.

#### 4.2.1.2 Central Geotérmica da Ribeira Grande

No ano de 2015, a Central Geotérmica da Ribeira Grande produziu 81,4 GWh, valor ligeiramente superior à produção prevista que se cifrava em 80,7 GWh. Na Figura 5 apresentam-se os indicadores de produção mensais da Central Geotérmica da Ribeira Grande.



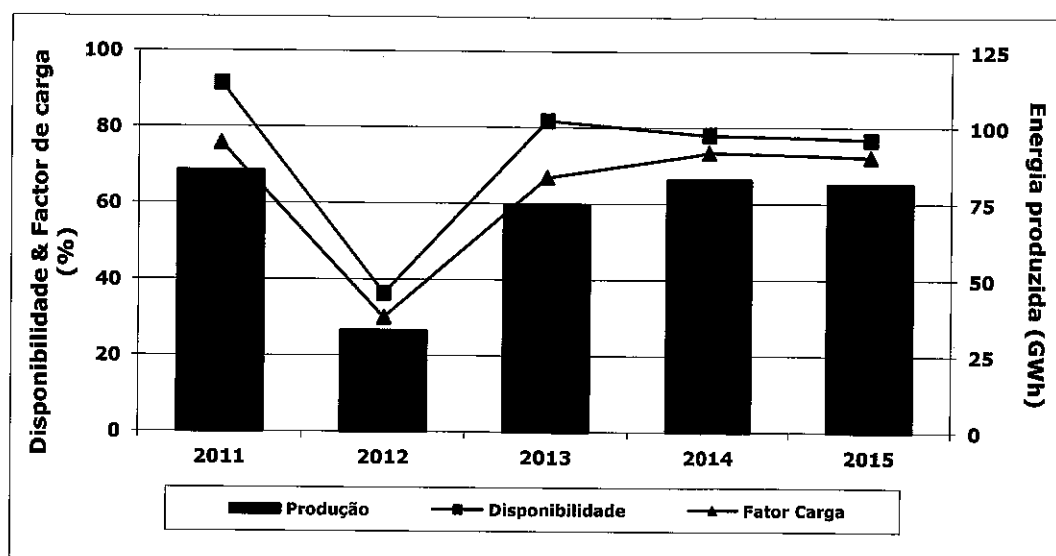
**Figura 5 – Indicadores de produção mensais da CGRG (2015)**

Assim, de um modo mais detalhado, ilustram-se na Tabela 4 os principais indicadores de produção da Central Geotérmica da Ribeira Grande e a Figura 6 mostra a evolução da produção anual da central desde o ano 2011.

**Tabela 4 – Indicadores de produção da Central Geotérmica da Ribeira Grande**

Parâmetro	Un.	2014	2015	
		Realizado	Previsto	Realizado
Produção	GWh	82,9	80,7	81,4
Potência Média	MW	9,6	9,2	9,4
Disponibilidade	%	77,9	83,7	76,8
Fator de carga <sup>(1)</sup>	%	73,4	70,9	72,2

(1) Quando comparada com a potência contratada.



**Figura 6 – Evolução dos parâmetros de exploração da Central Geotérmica da Ribeira Grande**

No âmbito das atividades de manutenção programada, foram executadas as revisões dos grupos geradores e sistemas auxiliares, conforme previsto no Plano de Manutenção de 2015. Nos meses de julho a novembro procedeu-se à beneficiação dos coletores de vapor e de água da central, incluindo a substituição de troços de tubagens em má condição mecânica, a aplicação de proteção anticorrosiva e a substituição de isolamento térmico. Esta intervenção obrigou a diversas paragens gerais das Central no período indicado.

Durante o ano de 2015 continuou a verificar-se um grande número de solicitações e de afluência de visitantes à Central Geotérmica da Ribeira Grande, particularmente ao nível de várias escolas da ilha de São Miguel, o que continua a demonstrar o grande interesse pelo conhecimento do aproveitamento de energia geotérmica nos Açores.

#### **4.2.2 Exploração de Recursos Geotérmicos**

Durante o ano de 2015 mantiveram-se ao serviço da Central Geotérmica da Ribeira Grande, os poços geotérmicos de produção CL1, CL5, CL6 e CL7, sendo os poços CL4 e CL4-A utilizados como poços de injeção. A condição mecânica do revestimento de produção de 9-5/8" do poço geotérmico CL2 inviabiliza, de momento, a sua exploração. Ao nível da Central Geotérmica do Pico Vermelho, a produtividade elevada dos poços geotérmicos permite a implementação um regime de exploração muito flexível, sendo possível saturar permanentemente toda a potência instalada, operando apenas com três dos cinco poços



geotérmicos de produção (PV4, PV7 e PV8). A injeção do efluente da central é realizada nos poços geotérmicos PV9, PV10 e PV11.

O poço geotérmico RG5 perfurado no início de 2010, à semelhança do ocorrido no ano anterior, permaneceu fechado durante o ano de 2015, sendo alvo de vistoria semanal para registo da pressão à cabeça, bem como da condição das válvulas e plataforma.

No âmbito da monitorização da exploração do recurso geotérmico mantém-se o acompanhamento da produção dos poços geotérmicos, através da medição e análise dos parâmetros físicos da exploração, assim como das propriedades geoquímicas do fluido geotérmico. Os poços geotérmicos de produção demonstraram uma produtividade estável ao longo do ano, mantendo-se a aplicação do inibidor químico de precipitação de calcite no seu interior, evitando a deposição de incrustações de calcite.

Na vertente ambiental continuou a ser efetuado a análise dos parâmetros físico-químicos dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos no campo geotérmico da Ribeira Grande, evidenciando a ausência de impactes em resultado da exploração de recursos geotérmicos no meio envolvente. O programa de monitorização sismovulcânica desenvolvido pelo Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos da Universidade dos Açores mantém-se em curso desde 2002, apontando para uma estabilidade do sistema geotérmico.

#### **4.2.2.1 Campo de Desgaseificação nas Caldeiras da Ribeira Grande**

No âmbito do acompanhamento do campo de desgaseificação das Caldeiras da Ribeira Grande, em 2015 foi mantido o programa de monitorização sismovulcânica conduzido pelo CIVISA sobre os terrenos envolventes ao Lugar das Caldeiras. Os resultados da monitorização de 2015 são consistentes com os obtidos desde 2011, indicando a relativa estabilização da área global do campo fumarólico, tendo-se registado apenas ligeiros prolongamentos das anomalias para Sudeste.

Adicionalmente foi continuada a vigilância da qualidade do ar no interior dos edifícios que constituem o Lugar das Caldeiras, conduzida pelo CIVISA através da rede que se encontra em operação desde 2012. Esta rede, baseada em sensores de medição e sistemas de alerta e alarme para deteção de valores de CO<sub>2</sub> acima dos níveis admissíveis estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde, tem permitido garantir a proteção dos moradores, bem como dos utilizadores dos espaços públicos.

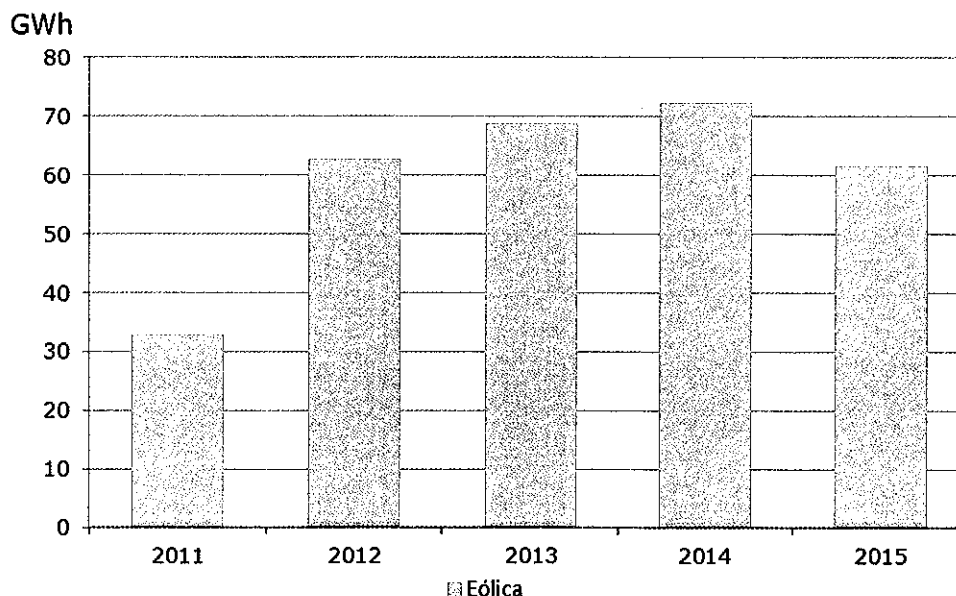
Relativamente às medidas compensatórias tomadas em 2015, no início de novembro foi efetuado o pagamento aos rendeiros dos terrenos afetados pela anomalia térmica, indemnizando-os pelos prejuízos de exploração corrente, causados pela perda de produtividade agro-pecuária, durante o ano agrícola correspondente ao período de 1 de novembro de 2014 a 31 de Outubro de 2015.

#### 4.2.3 Exploração de Parques Eólicos

A produção anual de energia elétrica de origem eólica atingiu os 61,7 GWh, correspondendo a um decréscimo de 14,8% relativamente ao ano anterior (72,4 GWh), verificando-se uma quebra de produção em todas as ilhas à exceção da ilha do Pico.

**Tabela 5 – Produção de energia eólica (GWh)**

	2011	2012	2013	2014	2015	Var.% 14/15
<b>Eólica</b>	33,0	62,7	68,9	72,4	61,7	-14,8
<b>Total</b>	<b>33,0</b>	<b>62,7</b>	<b>68,9</b>	<b>72,4</b>	<b>61,7</b>	<b>-14,8</b>



**Figura 7 – Produção de energia eólica**

O decréscimo verificado é justificado pela quebra de recurso especialmente notório no

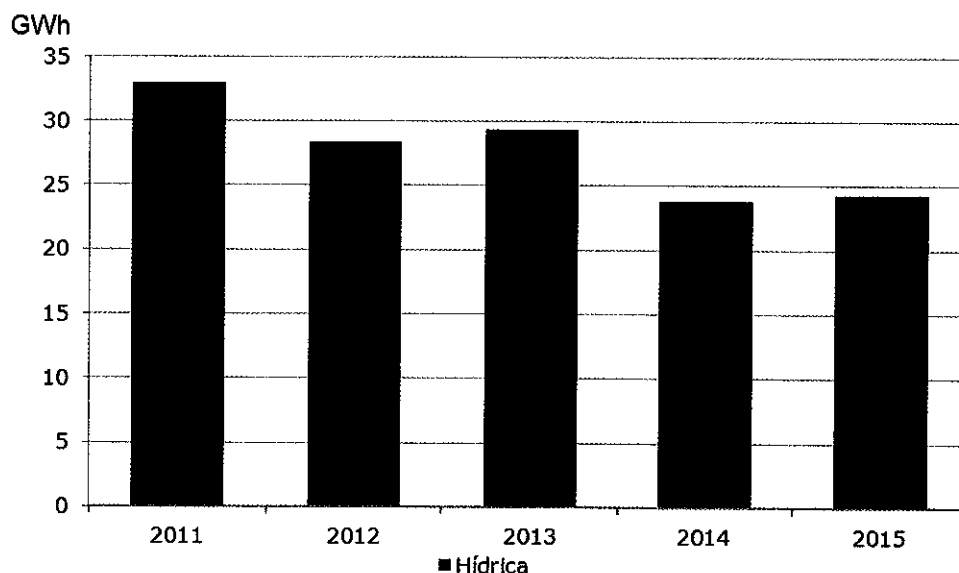
primeiro semestre do ano.

#### 4.2.4 Exploração de Centrais Hidroelétricas

O primeiro semestre do ano de 2015 foi pouco propício para a produção de energia hidroelétrica, caracterizado por uma precipitação abaixo dos valores normais. A inversão desta tendência no segundo semestre permitiu recuperar a produção e obter resultados de produção hídrica em linha com o ano anterior mas abaixo dos valores históricos de referência. A produção do ano ascendeu assim a 24,3 GWh, correspondendo a um acréscimo de 2,1% relativamente ao ano anterior (23,8 GWh). Esta produção reflete ainda as indisponibilidades de produção registadas nas centrais da ilha Terceira e do Faial bem como a contribuição, a partir de Abril, da remodelada Central Hídrica de Além Fazenda.

**Tabela 6 – Produção de energia hídrica (GWh)**

	2011	2012	2013	2014	2015	Var.% 14/15
<b>Hídrica</b>	33,0	28,4	29,4	23,8	24,3	2,1
<b>Total</b>	<b>33,0</b>	<b>28,4</b>	<b>29,4</b>	<b>23,8</b>	<b>24,3</b>	<b>2,1</b>



**Figura 8 – Produção de energia hídrica**

### 4.3 CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

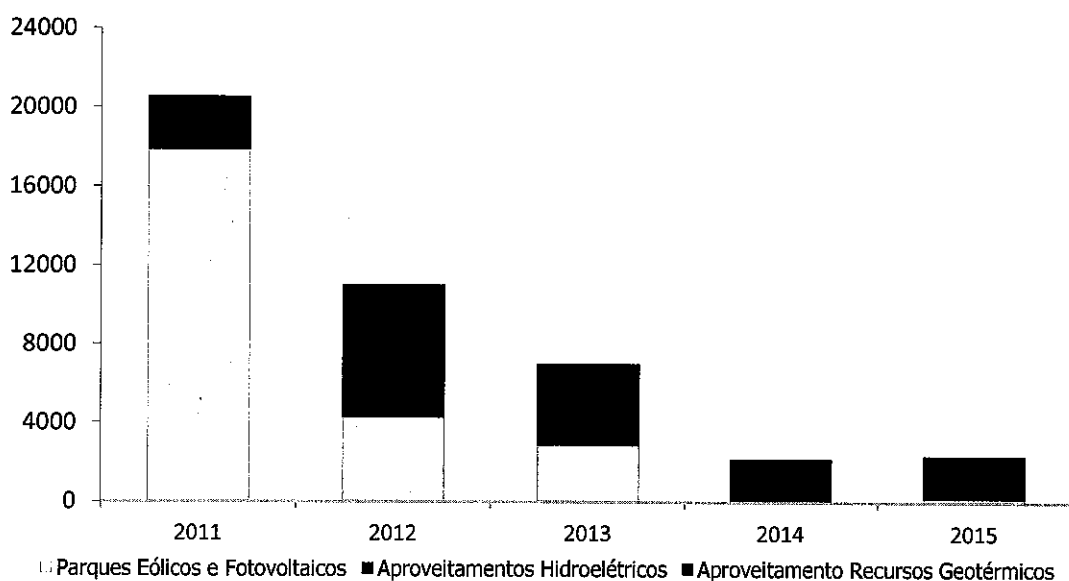
Em 2015, o investimento realizado atingiu cerca de 2,3 milhões de euros, sem encargos financeiros, distribuído pelos projetos de investimento apresentados na Tabela 7. O volume de investimento realizado resulta em especial do desenvolvimento dos trabalhos de remodelação no aproveitamento hidroelétrico de Além Fazenda, na ilha das Flores, de atividades desenvolvidas a nível de estudo prévio, de Estudo de Impacte Ambiental e estudos gerais para a Central Hídrica Reversível da ilha de S. Miguel (transitada em Janeiro de 2016 para a EDA) e na construção da Central Geotérmica do Pico Alto na Ilha Terceira.

**Tabela 7 - Investimento realizado em 2015 (10<sup>3</sup> euros)**

<b>Atividade / Obras de Investimento</b>	<b>Custos Técnicos</b>
<b><u>Aproveitamento Recursos Geotérmicos</u></b>	<b><u>877</u></b>
Construção da Central Geotérmica do Pico Alto	448
Estudo de comunicação hidráulica dos poços PV9, PV10 e PV11 - Atualização do modelo numérico	119
Execução de novos poços no Sector Cachaços Lombadas	56
Execução de poços de produção e injeção no Campo Geotérmico do Pico Alto	200
Poços de avaliação no Campo Geotérmico do Pico Alto	47
Monitorização Sismovulcânica do Campo Geotérmico do Pico Alto	7
<b><u>Aproveitamentos Hidroelétricos</u></b>	<b><u>1 318</u></b>
Remodelação da Central Hídrica de Além-Fazenda	420
Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande	23
Central Hídrica Reversível	875
<b><u>Aproveitamentos Eólicos e Fotovoltaicos</u></b>	<b><u>149</u></b>
Parque Eólico da Ilha do Corvo	112
Parque Fotovoltaico de Santa Maria	37
<b>Total</b>	<b>2 344</b>

**Tabela 8 – Investimento a custos técnicos de 2011 a 2015 (10<sup>3</sup> euros)**

	2011	2012	2013	2014	2015
Parques Eólicos e Fotovoltaicos	17 830	4 247	2 855	0	149
Aproveitamentos Hidroelétricos	20	43	1 137	2 012	1 318
Aproveitamento Recursos Geotérmicos	2 694	6 740	3 027	180	877
	<b>20 544</b>	<b>11 030</b>	<b>7 019</b>	<b>2 192</b>	<b>2 344</b>



**Figura 9 – Investimento a custos técnicos (10<sup>3</sup> euros)**

A EDA RENOVÁVEIS integra-se, numa estratégia de Grupo, de elaboração e planeamento do seu Programa de Investimentos, de modo a garantir a melhor taxa de penetração renovável e uma correta integração, com os restantes meios de produção existentes nas diferentes ilhas. Possui estudos de viabilidade técnica, económica de projetos para futuros investimentos nas áreas hídrica e eólica.

#### **4.3.1 Beneficiações na Central Geotérmica da Ribeira Grande**

Em 2015, dando cumprimento ao Plano de Investimento, executou-se, nos meses de julho a novembro, a obra de beneficiação dos coletores de vapor e de água, visando a melhoria da condição mecânica, proteção anticorrosiva e do isolamento térmico.

#### **4.3.2 Projetos de Expansão da Capacidade de Geração**

O plano de investimento aprovado para o ano de 2015 perspetivava o desenvolvimento de

diversos estudos para uma definição mais precisa da configuração dos novos projetos de investimento a realizar no Campo Geotérmico da Ribeira Grande.

Assim, o ano de 2015 foi marcado pelo desenvolvimento do estudo de comunicação hidráulica no interior do reservatório geotérmico da Ribeira Grande, utilizando traçadores químicos, abrangendo os sectores de Cachaços-Lombadas e do Pico Vermelho. Os resultados deste estudo apontaram para a diminuição do risco de arrefecimento das áreas de produção do campo geotérmico por via da injeção do fluido geotérmico, sendo esta conclusão particularmente importante no caso do setor do Pico Vermelho, ficando demonstrado a adequação dos novos poços geotérmicos de injeção, permitindo a recarga mássica do reservatório geotérmico, sem todavia induzir arrefecimento da zona de produção do sector do Pico Vermelho.

Os resultados deste teste foram integrados com sucesso na calibração do modelo numérico do reservatório geotérmico da Ribeira Grande, estando agora a aguardar os resultados dos cenários de exploração do setor do Pico Vermelho, avaliando a existência de condições para se levar a cabo o projeto de expansão da capacidade de geração da Central Geotérmica do Pico Vermelho, com a instalação de uma segunda unidade de geração, provavelmente de 5 MW, complementada pelas infraestruturas de captação e injeção.

Também em 2015 elaborou-se o Estudo de Impacte Ambiental do projeto de execução dos poços geotérmicos CL8, CL9 e CL10, com vista à saturação da capacidade instalada na Central e submeteu-se o mesmo à entidade licenciadora e autoridade ambiental. O final do procedimento de avaliação de impacte ambiental estima-se que ocorra no início de março de 2016.

#### **4.3.3 Projeto Geotérmico da Terceira**

Demonstrada a sustentabilidade do recurso geotérmico disponibilizado pelos poços existentes, o ano de 2015 ficou marcado pelo lançamento do concurso internacional para a conceção, construção, fornecimento, montagem, ensaios e entrada em serviço de uma Central Geotérmica de 3 a 3,5 MW, de tecnologia binária. Após o procedimento concursal teve lugar a 30 de julho, a assinatura do contrato com o consórcio EXERGY, S.P.A. e CME, S.A. com um prazo de execução de 450 dias. A consignação da obra ocorreu a 22 de outubro de 2015.

Paralelamente ao processo do concurso internacional para o fornecimento da Central Geotérmica foram lançadas as outras empreitadas, visando a completa execução da infraestrutura, nomeadamente:

- ✓ Construção civil da Central Geotérmica do Pico Alto, Ilha Terceira, contrato assinado a 30 de dezembro de 2015 com a empresa Somague – Ediçor, Engenharia, S.A..
- ✓ Conceção, construção, fornecimento, montagem, ensaios e entrada em serviço da subestação 30 kV da Central Geotérmica do Pico Alto, contrato a celebrar com a empresa CME, S.A.;
- ✓ A conceção, fornecimento de materiais, transportes, construção, ensaio e comissionamento da linha de injeção e equipamentos auxiliares da Central Geotérmica do Pico Alto, contrato assinado a 22 de dezembro de 2015 com a empresa SETILGEST - Serviços Técnicos de Gestão e Engenharia, S.A.;
- ✓ O Fornecimento de um transformador de potência 31,5/11 KV, 5,5 MVA, e equipamento associado e um transformador de serviços auxiliares a instalar na Central Geotérmica do Pico Alto, contrato a celebrar com a empresa Siemens, S.A.;

Relativamente à empreitada principal grupo gerador e equipamentos auxiliares, estima-se que a montagem da unidade geradora seja realizada em novembro de 2016, estando a receção provisória da empreitada agendada para fevereiro de 2017.

Ainda no decorrer do ano de 2015, foi elaborado o RECAPE – Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução da Construção e Operação da Central Geotérmica do Pico Alto, prevendo-se a entrega do documento em janeiro de 2016 à Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental, a Direção Regional do Ambiente.

#### **4.3.4 Usos-Diretos**

No âmbito dos projetos de usos-diretos do recurso geotérmico perspectiva-se colocar a concurso a construção do projeto da rede de fornecimento de calor geotérmico da Ribeira Grande.

O projeto prevê o fornecimento do calor geotérmico a uma temperatura de 80°C para a produção de água quente para usos diversos nas instalações do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Ribeira Grande, onde foi construído um complexo de piscinas e instalações auxiliares, e no complexo de estufas do INOVA no Parque Industrial da Ribeira Grande. A

principal linha orientadora do projeto assenta na construção de uma infraestrutura passível também de fornecer calor a novos utilizadores, entre os quais, os empresários agrícolas que pretendam utilizar o calor nas suas atividades, até ao limite da capacidade de transporte da conduta, nos terrenos cuja implantação da rede atravessa.

A execução deste projeto está dependente da disponibilidade de financiamento por fundos estruturais, no atual Quadro Comunitário.

#### **4.3.5 Remodelação da Central Hídrica de Além Fazenda**

A empreitada de Ampliação e Requalificação do Aproveitamento Hidroelétrico de Além Fazenda, na ilha das Flores, que estava em curso, ficou concluído em maio de 2015. O objetivo da obra visou a otimização do aproveitamento do recurso hídrico existente e compreendeu a substituição integral da conduta forçada, a remodelação e automatização do Grupo IV (existente), a substituição dos três grupos geradores mais antigos por dois novos grupos e a completa automatização da central e da subestação para permitir o seu funcionamento em regime abandonado e controlado a partir da central térmica das Lajes das Flores. Como resultado a central passou a dispor de uma potência total instalada de cerca de 1.632 kW num investimento total de 3,7 milhões de euros.

#### **4.3.6 Construção de Parques Fotovoltaicos nas Ilhas de S. Maria e Corvo**

Continuou-se durante o ano de 2015 a desenvolver os estudos, procura de terrenos, levantamentos topográficos e pesquisas técnicas com vista à implementação em 2016 de dois parques fotovoltaicos nestas duas ilhas dos Açores.

Relativamente a S. Maria o parque situar-se-á em terrenos, na zona do aeroporto, adquiridos pela empresa ao Governo Regional para este efeito estando a obra prevista para o ano de 2016.

Relativamente à ilha do Corvo prevê-se a instalação do parque na zona do Pão de Açúcar em terrenos da Câmara Municipal da Vila do Corvo a protocolar para o efeito. As obras de investimento serão fortemente interligadas tirando partido de um concurso de fornecimento conjunto dos equipamentos para a obtenção de um melhor preço de mercado.



**4.3.7 Construção do Parque Eólico da Ilha do Corvo**

A obra de investimento para a construção do parque eólico da ilha do Corvo continua em agenda e em estudo da melhor tecnologia eólica a instalar. Aponta-se para que a realização desta empreitada seja adiada de modo a tirar-se partido dos equipamentos a deslocar para a ilha pelo empreiteiro geral que ganhar a realização da obra de ampliação do molhe do Porto da Casa, a realizar a breve trecho pelo Governo Regional do Açores.



Cell.



#### **4.4 CARACTERIZAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES**

##### **4.4.1 Prestações de Serviços**

Ao nível das atividades de pesquisa e captação de água subterrânea, em 2015 não se registou a execução de furos de água para entidades externas. Não obstante, a EDA RENOVAVEIS executou o furo de água ER1 no lugar do Chambre (Ilha Terceira), na proximidade da futura central geotérmica, com vista a apoiar os trabalhos que irão decorrer no decurso do seu funcionamento, assim como as operações nos poços geotérmicos. Durante o período de permanência da sonda de perfuração Ingersoll Rand, foram realizados com sucesso alguns *workovers*, nomeadamente a remoção de uma porção de monofilamento de INOX de execução de medições de pressão e temperatura no interior do poço geotérmico PA3 e a substituição de algumas válvulas que compõem o encabeçamento dos poços PA2 e PA3.

Assim, durante o ano cumpriu-se o plano de manutenção previsto para a sonda de perfuração e equipamentos auxiliares, de forma que estivesse operacional em caso de intervenção.

##### **4.5 AÇÕES PRÓPRIAS**

Em 31 dezembro de 2015 a empresa não detinha ações próprias.

##### **4.6 NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES**

Não existem quaisquer situações previstas no artigo 397.º do CSC.

##### **4.7 SUCURSAIS DA SOCIEDADE**

A empresa não tem quaisquer sucursais.

##### **4.8 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO**

Não existem situações, entre a data de encerramento e a presente data que mereçam destaque especial e que tenham afetado a situação patrimonial da empresa.

##### **4.9 PERSPECTIVAS PARA 2016**

Para o ano de 2016, a EDA RENOVAVEIS estima que a produção de energia elétrica com origem em recursos energéticos endógenos seja de 280,3 GWh, sendo a produção de energia elétrica a partir da fonte geotérmica responsável por 175,3 GWh e a produção de energia elétrica de origem hídrica e eólica, por 105 GWh.

A produção de energia elétrica de origem eólica prevista para o ano de 2016 deverá ser de

76,02 GWh contanto este valor com uma contribuição acrescida do parque eólico do Salão fruto da construção e entrada em serviço de uma linha aérea dedicada, agendada para o ano de 2016.

O valor estimado de energia elétrica de origem hídrica, para o ano de 2016, é de 28,98 GWh, contando com a contribuição da Central Hídrica de Além Fazenda e prevendo que a contribuição das centrais hídricas da ilha Terceira seja nula pela realização da obra de investimento da remodelação das suas condutas forçadas.

Ao nível de investimento, o ano de 2016 será direcionado para os projetos cruciais que assegurarão a manutenção da exploração de recursos energéticos endógenos. Neste sentido, o ano será devotado aos seguintes empreendimentos:

- Conclusão do estudo que visa a atualização do modelo conceptual e numérico do reservatório geotérmico da Ribeira Grande, cujos resultados suportarão a decisão de expansão da capacidade de geração instalada na Central Geotérmica do Pico Vermelho. Paralelamente, e considerando a emissão da Declaração de Impacte Ambiental do Projeto de Execução dos Poços Geotérmicos CL8, CL9 e CL10 no início do ano, proceder-se-á à preparação da campanha de perfuração, nas diversas empreitadas, com vista à execução de três novos poços geotérmicos no setor de Cachaços-Lombadas e de um a três poços no setor do Pico Vermelho.
- A atualização dos sistemas de controlo dos grupos geradores e poços geotérmicos da Central Geotérmica da Ribeira Grande,
- No Edifícios de Comando e Potência será instalado um sistema de climatização, com a utilização de uma máquina de absorção, que aproveitará o aproveitamento de calor contido no caudal de injeção a 95°C, e também a substituição do revestimento do piso da sala de comando da Central Geotérmica da Ribeira Grande.
- A execução da obra de construção de linha de derivação de condensados à saída dos vaporizadores do grupo gerador da Central Geotérmica do Pico Vermelho para a linha de injeção permitindo a manutenção das bombas de condensados com o grupo em operação bem como a necessária atualização do sistema de controlo da Central.

- Relativamente ao Projeto Geotérmico da Ilha Terceira, estima-se que em setembro de 2016 tenha lugar a conclusão das seguintes empreitadas:
  - ✓ Construção civil (construção do edifício técnico e logístico, arruamentos e arranjos exteriores);
  - ✓ Linha de injeção e equipamento auxiliar (linha de injeção, e equipamento eletromecânico para esvaziamento das bacias de armazenamento de fluido geotérmico e reservatório de água para o sistema de combate a incêndios);
  - ✓ Subestação de 30 kV;
  - ✓ Fornecimento de transformadores de potência e de serviços auxiliares.
- Lançamento do concurso para a construção de parques fotovoltaicos nas ilhas de S. Maria e do Corvo a entrar em exploração em 2017/2018.
- Investimento na substituição das condutas das centrais hídricas da ilha Terceira, através de concurso público para o efeito, com vista a repor a operacionalidade daquelas centrais hídricas pela substituição da conduta, que completou já 62 anos de idade, apresentando-se muito degradada.
- Com o intuito de maximizar a produção de origem renovável, pela utilização do potencial hídrico ou até pela integração de alguma capacidade de armazenamento energético está a ser estudada, conjuntamente com a Câmara Municipal das Lajes do Pico da construção de uma central multi-usos, com potencial reversível, na Lagoa do Paul – ilha do Pico. O plano prevê uma verba para a realização de estudos a nível de estudo prévio e eventual estudo de incidências ambientais, a que se seguirá as fases de licenciamentos e projetos.
- Finalização e lançamento do concurso público internacional para a Construção da Central Hídrica da Ribeira Grande, para aproveitamento do potencial hidroelétrico desta ribeira da Flores. Prevê-se que o investimento ocorra nos anos de 2017 e 2018 com entrada em serviço no ano de 2019. Será construída uma nova central equipada com dois grupos geradores de potência unitária de 550 kW, perfazendo um total de 1.100 kW de potência instalada, captando recursos da ribeira do Ferreiro, da Ribeira Grande e de dois pequenos afluentes.
- Na ilha do Corvo continuará a ser estudada a melhor solução para a instalação de

sh  
for  
Clt.  
(A.  
Df

um parque eólico na ilha em número de aerogeradores e potência ainda por definir.

- Na Ilha Graciosa, face ao investimento realizado pela empresa Graciolica, cessou o interesse da empresa em investir num parque eólico.

de  
In  
elt.  
dt.  
Ddt

de  
In  
Clt.  
A.  
Dkt

## **CAPÍTULO V**

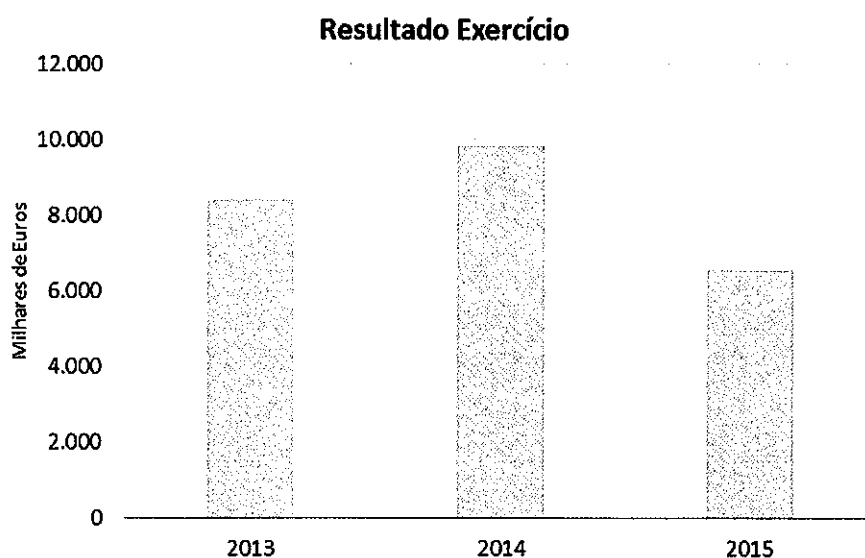
### **INFORMAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA**

## 5.1 INFORMAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

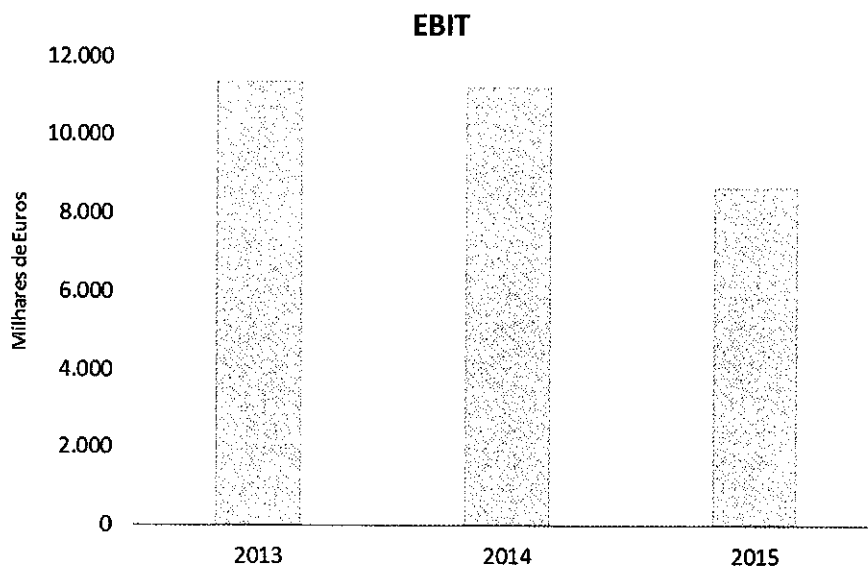
Após a fusão por incorporação da EEG, LDA com a SOGEO, S.A. em 2013 e que originou a EDA RENOVÁVEIS, S.A., em 2014, no seguimento do processo de reestruturação do Projeto Geotérmico da ilha Terceira, foi também efetuada a fusão por incorporação da Geoterceira – Sociedade Geoelectrica da Terceira, S.A. na EDAR.

## 5.2 RESULTADOS

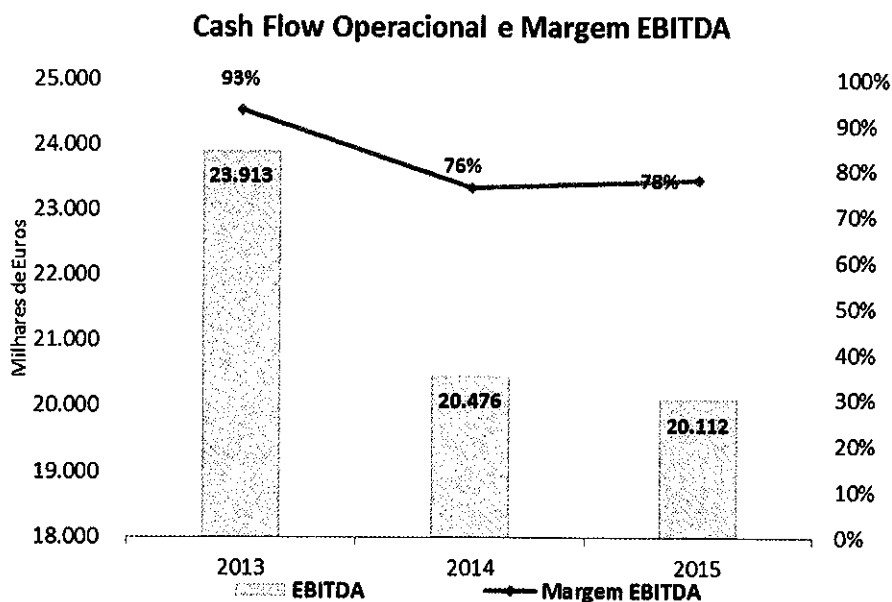
No ano de 2015 a EDA Renováveis SA, apresentou um Resultado Líquido de 6 543 mil euros o que representa um decréscimo de 34% face aos resultados registados no ano anterior, que atingiram 9 854 mil euros.



Os Resultados Operacionais (EBIT), no montante de 8 682 mil euros, apresentam um decréscimo de 23% face ao ano anterior, ou seja, menos 2 556 mil euros que em 2014. Os Rendimentos Operacionais atingem o montante de 29 077 mil euros, enquanto os Gastos Operacionais ascendem a 20 395 mil euros. A evolução do EBIT está relacionada com o decréscimo de 3,9% no volume de negócios da EDA Renováveis e com o acréscimo de 8,3% nos Gastos Operacionais, sobretudo ao nível dos Gastos e reversões de depreciação e de amortização.



O valor do EBITDA ascendeu aos 20 112 mil euros, verificando-se um decréscimo de 2% relativamente a 2014, em que este indicador totalizou 20 476 mil euros.



A Margem EBITDA (EBITDA/Vendas e Serviços Prestados), aumentou para 78%, em 2015 (em 2014 foi 76%), decorrente do decréscimo registado no volume de negócios ter sido superior ao verificado no EBITDA.

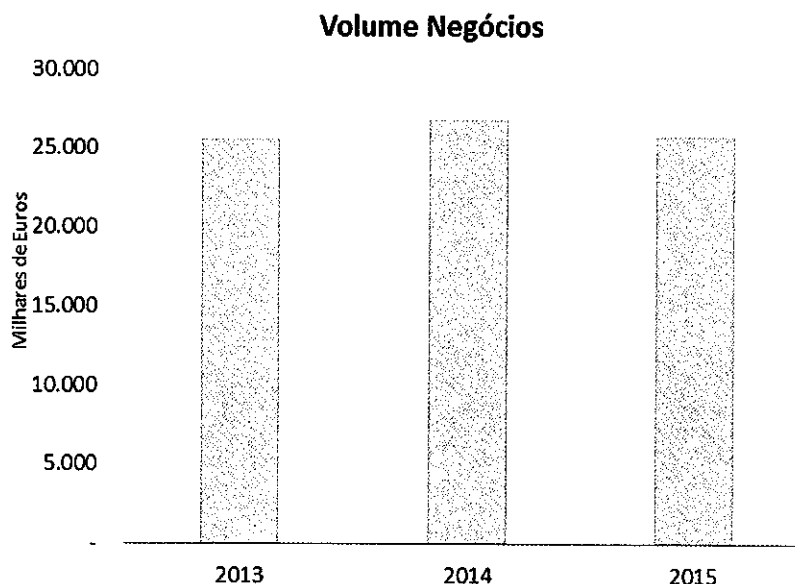


*de*  
*m*  
*cu*  
*df*

### 5.3 RENDIMENTOS E GASTOS

Para o ano em análise, o Volume de Negócios, atingiu o montante de 25 813 mil euros, sendo as vendas de energia elétrica de 25 806 mil euros. Destas, 17 513 mil euros são de origem geotérmica, 5 958 mil euros são de origem eólica e os restantes 2 335 mil euros de origem hídrica.

Em 2015, a produção de energia geotérmica ascendeu aos 182 044 MWh e a produção eólica a 61 700 MWh, o que representa decréscimos face a 2014, de 0,5% e 13,3%, respetivamente. A produção hídrica foi de 24 260 MWh, representando um aumento de 2,1%.



Os Trabalhos para a Própria Empresa, no valor de 1 112 mil euros em 2015, referem-se, sobretudo, ao campo geotérmico do Pico Alto. Esta rubrica inclui os encargos financeiros suportados para financiamento dos investimentos efetuados pela empresa.

A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos refere-se sobretudo ao reconhecimento dos subsídios ao Investimento não reembolsáveis obtidos, repartidos por 1 544 mil euros à produção geotérmica e 462 mil euros à produção eólica e hídrica.

Em termos dos Gastos e Perdas e da sua estrutura, observa-se que a rubrica com maior relevância é a de Gastos de Depreciação e de Amortização, com o montante de 11 429 mil euros. Salienta-se que, em 2015, não se revelou necessário registar qualquer gasto ou

proveito relativamente a imparidades de investimentos depreciables contrastando com o ocorrido em 2014, ano no qual se efetuou uma reversão de imparidades relativas a investimentos depreciables no montante de 2 045 mil euros. A evolução do resultado operacional encontra-se influenciada, de forma significativa, por tal facto.

Os Fornecimentos e Serviços Externos ascenderam a 5 037 mil Euros, menos 787 mil euros que no ano anterior. O decréscimo regista-se, fundamentalmente, nas rubricas de conservação e reparação e trabalhos especializados. Em conjunto, este tipo de gastos representam um decréscimo de custos de 715 mil euros.

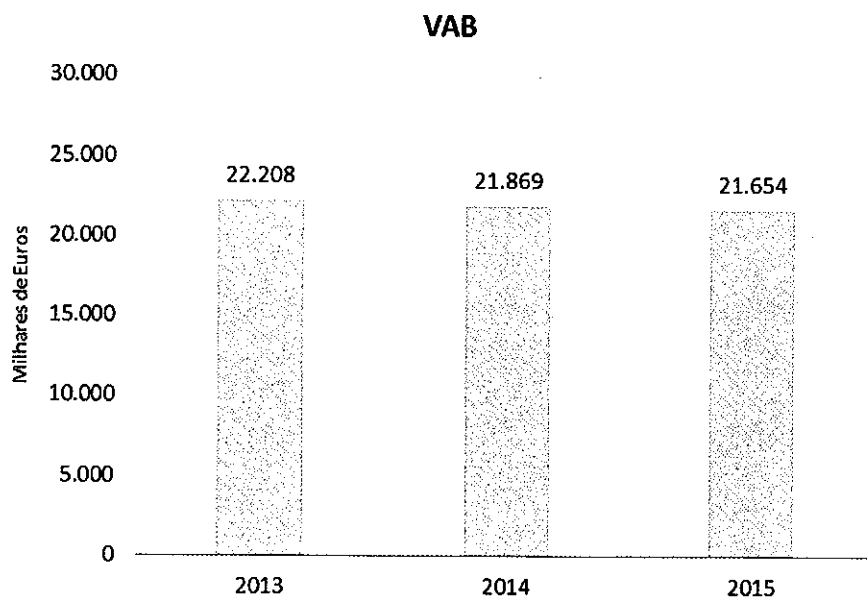
Em termos de estrutura, as rubricas de Conservação e reparação, Trabalhos Especializados, Subcontratos e Seguros são as que representam a maior parcela de Fornecimentos e serviços externos. A rubrica de Conservação e reparação refere-se essencialmente a gastos com a aquisição de material a incorporar na conservação do equipamento produtivo da Empresa. Os Trabalhos especializados incluem os serviços de informática, os honorários para a revisão legal das contas e auditoria e serviços contratados de apoio às áreas administrativas. Os valores registados em Seguros são referentes a contratos de Seguros para os trabalhos de exploração de recursos geotérmicos e parques eólicos e os gastos com Subcontratos dizem respeito essencialmente à cedência de pessoal da Eletricidade dos Açores à empresa.

Os Gastos com o Pessoal ascenderam, em 2015, aos 1 228 mil euros (mais 1% que em 2014). Em dezembro de 2015, a EDAR conta com 49 trabalhadores, mais 5 que no final do ano anterior.

Os Outros Gastos e Perdas apresentam o montante de 2 372 mil euros, o que reflete um aumento de 4% relativamente a 2014. Contribuiu com maior impacto para este aumento a rubrica Abates de Investimentos não financeiros, designadamente os gastos com o desmantelamento do parque eólico da Graciosa.

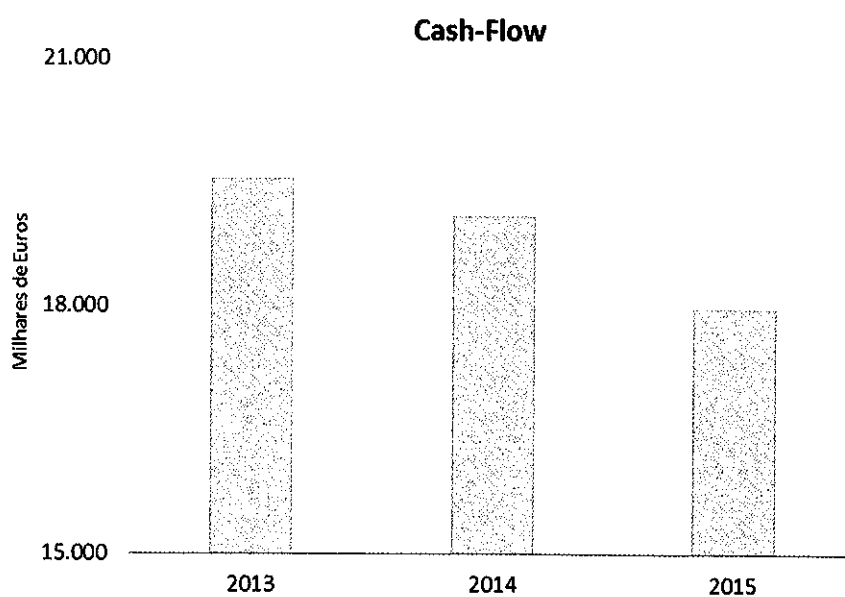
#### **5.4 VALOR ACRESCENTADO BRUTO E CASH-FLOW**

No presente exercício, o Valor Acrescentado Bruto calculado para a EDA Renováveis é de 21 654 mil euros, inferior ao verificado em 2014 em 215 mil euros.



O VAB por trabalhador apresenta um montante de 442 mil euros, inferior em 11% ao montante apresentado no ano anterior. O decréscimo resulta do efeito combinado da diminuição do VAB com o aumento do número de trabalhadores.

No que concerne ao Cash-Flow líquido gerado no exercício de 2015, no valor de 17 972 mil euros, verifica-se uma diminuição relativamente ao valor registado em 2014 em 1 120 mil euros.



## **5.5 SITUAÇÃO PATRIMONIAL**

No final de 2015, o Balanço da EDA Renováveis apresenta um Ativo Líquido Total de 123 765 mil euros. Em 2014, o Ativo Total era de 123 597 mil euros.

Em termos de ativo fixo tangível, que atinge 84 553 mil euros, salienta-se o investimento do ano que inclui estudos e trabalhos preparatórios para a central hídrica reversível de São Miguel em 889,7 mil euros, investimentos na central hídrica Além-Fazenda de 482 mil euros, na construção da central geotérmica do Pico Alto no montante de 457,9 mil euros e na execução de poços de produção e injeção no valor de 421 mil euros.

Do ativo corrente há a salientar o montante registado em dívidas de Acionistas correspondente à cedência de fundos excedentes de tesouraria no valor de 28 577 mil euros em 2015 e que apresenta um aumento no valor de 5 057 mil euros relativamente a 2014. A cedência de fundos, remunerada à taxa Euribor, sem período de vencimento previsto, está classificada em ativo corrente porque as condições da sua atribuição são periodicamente revistas.

O aumento verificado nas Outras Contas a Receber resulta da atribuição no âmbito dos European Economic Area Grants, de um subsídio a fundo perdido de 3 731 mil euros para financiamento da construção da central geotérmica do Pico Alto, sendo expectável que o recebimento de 2 798 mil euros ocorra em 2016.

O Passivo Total regista o valor de 27 693 mil euros, menos 3% que o valor de 2014. Salienta-se que cerca de 18 671 mil euros são de natureza não corrente. No contexto do passivo bancário, os Financiamentos Obtidos atingem, em 2015, 14 012 mil euros, sendo 11 623 mil euros de médio e longo prazo e 2 390 mil euros de curto prazo. Face ao ano anterior, apresentam uma redução de 2 345 mil euros.

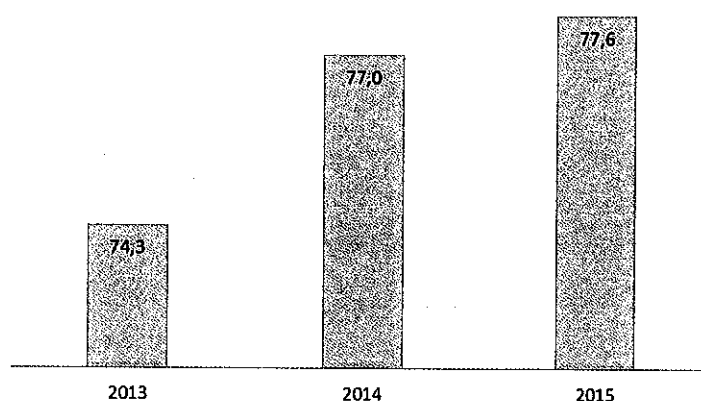
Os Capitais Próprios da EDAR ascendem, neste exercício, aos 96 071 mil euros, dos quais 6 543 mil euros correspondem ao resultado líquido do exercício.

A rubrica de outras variações no capital próprio inclui os montantes reconhecidos a título de subsídios ao investimento não reembolsáveis de 14 498 mil euros repartidos por 12 489 mil

euros destinados à produção geotérmica e 2 009 mil euros á produção eólica e hídrica.

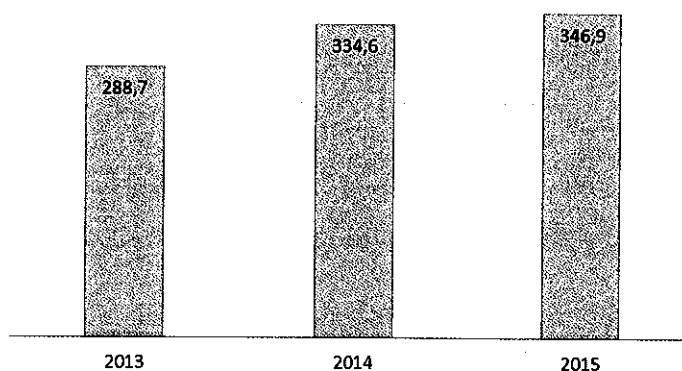
Em termos de Autonomia Financeira (Capital Próprio/Total Ativo) regista-se uma ligeira melhoria para os 77,6%, explicada pelo aumento do Capital Próprio na ordem dos 914 mil euros.

**Autonomia Financeira (%)**



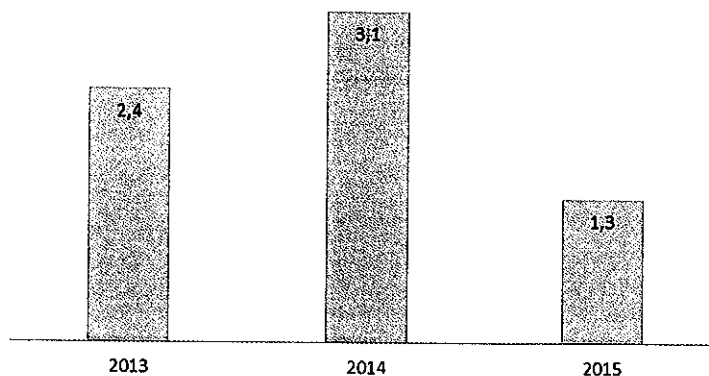
No que diz respeito ao indicador da Solvabilidade (Capital Próprio/Capital Alheio), a EDA Renováveis apresenta 346,9% face aos 334,6% no final de 2014, consequência do acréscimo em 1% do Capital Próprio, conjugado com o decréscimo em 2,6% do Capital Alheio.

**Solvabilidade (%)**



Os Encargos Financeiros associados aos financiamentos obtidos no valor de 346 mil euros representam, em 2015, 1,3% do Volume de Negócios.

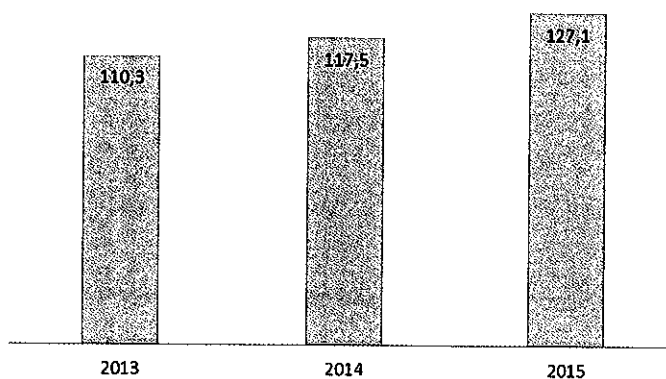
**Enc. Finc./Vendas e Prest. serv. (%)**



*Handwritten notes:*  
 S  
 M  
 Cel.  
 Af.  
 Dst

O rácio de Cobertura do Imobilizado situa-se no exercício de 2015 nos 127,1%, o que significa que o Ativo Fixo é financiado na sua totalidade por capitais permanentes da empresa.

**Cobertura de imobilizado (%)**



*[Handwritten signatures and initials]*  
cult.  
At.  
Det

## **CAPÍTULO VI**

### **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

## **6.1 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

O Conselho de Administração, nos termos do artigo 16º, alínea g), dos Estatutos da Empresa, propõe que o Resultado Líquido do exercício de 2015, no valor de 6.543.309,20 Euros (seis milhões, quinhentos quarenta e três mil e trezentos e nove euros e vinte cêntimos), com a seguinte aplicação:

Reserva Legal	350.000,00 Euros
Dividendos	3.569.995,50 Euros
Resultados Transitados	2.623.313,70 Euros

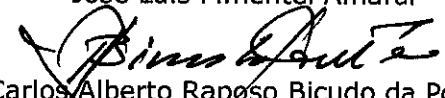
Ponta Delgada, 31 de março de 2016

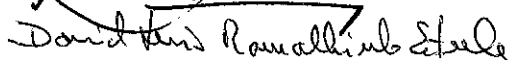
### **O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

  
Duarte José Botelho da Ponte

  
Maria do Carmo Marques Martins

  
José Luís Pimentel Amaral

  
Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

  
David Luís Ramalhinho Estrela



*de*  
*Col.*  
*m*  
*A.*  
*D8*

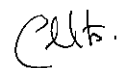
## **CAPÍTULO VII**

### **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**



## Índice das demonstrações financeiras

Balço .....	51
Demonstração dos resultados por naturezas .....	52
Demonstração das alterações no capital próprio .....	53
Demonstração dos fluxos de caixa .....	54
Anexo às demonstrações financeiras .....	55
1 Introdução .....	55
2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras .....	56
3 Principais políticas contabilísticas .....	56
4 Fluxos de caixa .....	67
5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	67
6 Ativos fixos tangíveis .....	69
7 Ativos intangíveis .....	74
8 Participações financeiras .....	75
9 Ativos e passivos por impostos diferidos .....	75
10 Inventários .....	76
11 Clientes .....	76
12 Estado e outros entes públicos .....	77
13 Acionistas .....	78
14 Outras contas a receber .....	79
15 Diferimentos .....	79
16 Capital .....	80
17 Reservas legais e outras .....	80
18 Outras variações no capital próprio .....	81
19 Provisões .....	82
20 Financiamentos obtidos .....	83
21 Fornecedores .....	83
22 Outras contas a pagar .....	84
23 Vendas e serviços prestados .....	85
24 Trabalhos para a própria entidade .....	85
25 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas .....	85
26 Fornecimentos e serviços externos .....	85
27 Gastos com pessoal .....	87
28 Outros rendimentos e ganhos .....	87
29 Outros gastos e perdas .....	88
30 Gastos e rendimentos financeiros .....	89
31 Imposto sobre o rendimento .....	89
32 Dividendos .....	90
33 Compromissos .....	91
34 Contingências .....	91
35 Matérias ambientais .....	91
36 Partes relacionadas .....	93
37 Disposições legais .....	97
38 Eventos subsequentes .....	97

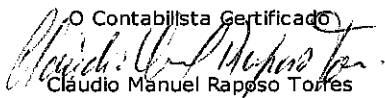


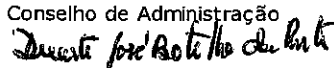

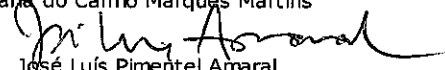
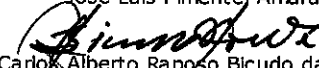
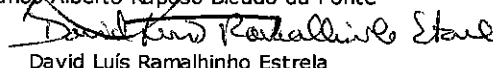



## Balanço

		31 de dezembro	
	Nota	2015	2014
<b>Ativo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	84.552.778	92.732.103
Ativos intangíveis	7	164.694	179.447
Participações financeiras - outros métodos	8	22.487	22.487
Ativos por impostos diferidos	9	3.081.324	2.902.134
		<b>87.821.283</b>	<b>95.836.171</b>
<b>Corrente</b>			
Inventários	10	111.329	107.019
Clientes	11	2.927.358	3.018.461
Adiantamentos a fornecedores	-	-	42.430
Estado e outros entes públicos	12	-	324.752
Acionistas	13	28.576.880	23.520.000
Outras contas a receber	14	3.147.196	152.322
Diferimentos	15	100.102	217.964
Caixa e depósitos bancários	4	1.080.486	377.467
		<b>35.943.351</b>	<b>27.760.415</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>123.764.634</b>	<b>123.596.586</b>
<b>Capital próprio</b>			
<b>Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital</b>			
Capital realizado	16	23.799.970	23.799.970
Reservas legais	17	3.463.000	2.970.000
Outras reservas	17	14.016	14.016
Resultados transitados	17	47.753.077	45.391.975
Outras variações no capital próprio	18	14.498.073	13.127.279
Resultado líquido do período	-	6.543.309	9.854.102
<b>Total do capital próprio</b>		<b>96.071.445</b>	<b>95.157.342</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Provisões	19	2.956.404	2.633.865
Financiamentos obtidos	20	11.622.727	13.986.364
Passivos por impostos diferidos	9	353.497	368.426
Outras contas a pagar	22	3.738.497	3.385.021
		<b>18.671.125</b>	<b>20.373.676</b>
<b>Corrente</b>			
Fornecedores	21	1.829.939	1.911.127
Estado e outros entes públicos	12	1.240.001	628.275
Financiamentos obtidos	20	2.389.538	2.370.901
Outras contas a pagar	22	3.562.586	3.155.265
		<b>9.022.064</b>	<b>8.065.568</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>27.693.189</b>	<b>28.439.244</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>123.764.634</b>	<b>123.596.586</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado  
  
 Claudio Manuel Raposo Torres

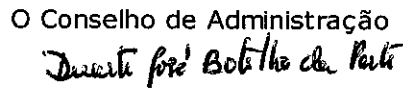
O Conselho de Administração  
  
 Duarte José Botelho da Ponte  
  
 Maria do Carmo Marques Martins  
  
 José Luís Pimentel Amaral  
  
 Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte  
  
 David Luís Ramalhinho Estrela

## Demonstração dos resultados por naturezas

	Nota	Período	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	23	25.813.024	26.873.634
Subsídios à exploração	-	-	29.963
Trabalhos para a própria entidade	24	1.112.488	1.016.194
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25	(246.287)	(265.907)
Fornecimentos e serviços externos	26	(5.036.952)	(5.823.855)
Gastos com o pessoal	27	(1.228.324)	(1.219.324)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	11	(81.566)	-
Outros rendimentos e ganhos	28	2.151.443	2.156.302
Outros gastos e perdas	29	(2.372.285)	(2.290.846)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>20.111.541</b>	<b>20.476.160</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(11.429.117)	(11.283.477)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	6	-	2.045.435
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>8.682.424</b>	<b>11.238.119</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	30	308.633	53.347
Juros e gastos similares suportados	30	(346.345)	(828.081)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>8.644.712</b>	<b>10.463.384</b>
Imposto sobre o rendimento do período	31, 9	(2.101.403)	(609.282)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>6.543.309</b>	<b>9.854.102</b>
<b>Resultado por ação básico</b>		<b>1,37</b>	<b>2,07</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado  
  
Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração  
  
Duarte José Botelho da Ponte

  
Maria do Carmo Marques Martins

  
José Luís Pimentel Amaral

  
Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

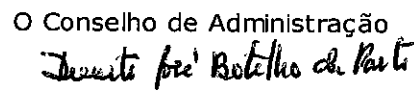
  
David Luís Ramalhinho Estrela

## Demonstração das alterações no capital próprio

	Capital realizado	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
<b>A 1 de janeiro de 2014</b>	<b>23.799.970</b>	<b>2.498.000</b>	<b>14.016</b>	<b>40.282.871</b>	<b>12.900.753</b>	<b>8.426.950</b>	<b>87.922.560</b>
Efeito - fusão	-	50.000	-	(2.895.846)	3.270.375	-	424.529
<b>Alterações no período</b>							
Alterações políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-
Desreconhecimento do subsídio - SIDER	-	-	-	-	(2.906.583)	-	(2.906.583)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	422.000	-	8.004.950	(137.266)	(8.426.950)	(137.266)
	-	<b>422.000</b>	-	<b>8.004.950</b>	<b>(3.043.849)</b>	<b>(8.426.950)</b>	<b>(3.043.849)</b>
Resultado líquido do período						9.854.102	9.854.102
<b>Resultado integral</b>						<b>9.854.102</b>	<b>9.854.102</b>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>							
Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-
<b>A 31 de dezembro de 2014</b>	<b>23.799.970</b>	<b>2.970.000</b>	<b>14.016</b>	<b>45.391.975</b>	<b>13.127.279</b>	<b>9.854.102</b>	<b>95.157.342</b>
<b>A 1 de janeiro de 2015</b>	<b>23.799.970</b>	<b>2.970.000</b>	<b>14.016</b>	<b>45.391.975</b>	<b>13.127.279</b>	<b>9.854.102</b>	<b>95.157.342</b>
<b>Alterações no período</b>							
Alterações políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-
Desreconhecimento do subsídio - SIDER	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	493.000	-	9.361.102	1.370.794	(9.854.102)	1.370.794
	-	<b>493.000</b>	-	<b>9.361.102</b>	<b>1.370.794</b>	<b>(9.854.102)</b>	<b>1.370.794</b>
Resultado líquido do período						6.543.309	6.543.309
<b>Resultado integral</b>						<b>6.543.309</b>	<b>6.543.309</b>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>							
Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	(7.000.000)	-	-	(7.000.000)
Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	<b>(7.000.000)</b>	-	-	<b>(7.000.000)</b>
<b>A 31 de dezembro de 2015</b>	<b>23.799.970</b>	<b>3.463.000</b>	<b>14.016</b>	<b>47.753.077</b>	<b>14.498.073</b>	<b>6.543.309</b>	<b>96.071.445</b>

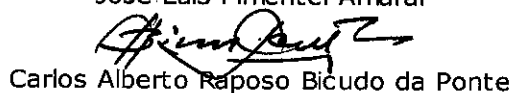
As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

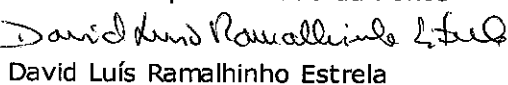
O Contabilista Certificado  
  
Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração  
  
Duarte José Botelho da Ponte

  
Maria do Carmo Marques Martins

  
José Luís Pimentel Amaral


  
Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

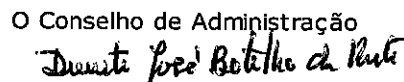
  
David Luís Ramalhinho Estrela

## Demonstração dos fluxos de caixa

	Período findo em 31 de dezembro	
	2015	2014
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	30.643.819	32.166.054
Pagamentos a fornecedores	(7.988.930)	(6.585.408)
Pagamentos ao pessoal	(1.174.447)	(1.161.966)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>21.480.442</b>	<b>24.418.680</b>
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento	(1.150.390)	(4.045.823)
Outros recebimentos/ pagamentos	(3.675.451)	(4.614.120)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais</b>	<b>16.654.602</b>	<b>15.758.737</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(2.223.772)	(2.289.246)
Financiamentos concedidos	(122.862.400)	(153.355.000)
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos concedidos	117.810.000	145.705.000
Subsídios ao investimento	932.753	-
Juros e rendimentos similares	46.812	17.753
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento</b>	<b>(6.296.607)</b>	<b>(9.921.493)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	19.520.000
Cobertura de prejuízos	-	3.895.771
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(2.363.636)	(27.356.636)
Juros e gastos e similares	(291.340)	(1.603.976)
Dividendos	(7.000.000)	-
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento</b>	<b>(9.654.976)</b>	<b>(5.544.841)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>703.019</b>	<b>292.402</b>
Caixa e seus equivalentes - efeito inicial da fusão	-	7.589
Caixa e seus equivalentes no início do período	377.467	77.476
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<b>1.080.486</b>	<b>377.467</b>


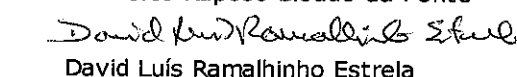
As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

  
 O Contabilista Certificado  
 Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração  
  
 Duarte José Botelho da Ponte

  
 Maria do Carmo Marques Martins

  
 José Luís Pimentel Amaral

  
 Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte  
  
 David Luís Ramalhinho Estrela

## **Anexo às demonstrações financeiras**

### **1 Introdução**

A EDA Renováveis (EDAR ou Empresa), constituída em 2 de fevereiro de 1990, tem como objeto o aproveitamento de recursos renováveis da Região Autónoma dos Açores ("RAA").

A EDAR é detida em 99,68% pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A. e em 0,32% pela SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda..

A EDAR é responsável pela produção de energia elétrica através de infraestruturas de captação e transformação do calor geotérmico, tendo sido atribuído o contrato de concessão de exploração de recursos geotérmicos na zona demarcada do Concelho da Ribeira Grande por um período de 25 anos contados a partir de 14 de julho de 1995 e, nos termos do contrato de prospeção e pesquisa de recursos geotérmicos celebrado com a Região Autónoma dos Açores em 23 de maio de 2013 foram desenvolvidas as atividades necessárias à descoberta e caracterização dos fluídos e/ou formações geológicas do subsolo do Campo Geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira, com o propósito de se confirmar a produtividade económica dos cinco poços geotérmicos executados com resultados técnicos e produtivos diferenciados. Tendo por base os resultados obtidos sobre a sustentabilidade da produtividade dos poços, da qualificação das formações geológicas e o calor dos fluídos captados como recurso geotérmico, iniciaram-se os trabalhos de instalação de uma Central Geotérmica Piloto de 3,5 MW que poderá ser expandida para 10 MW num investimento total de aproximadamente 30 milhões de euros.

A EDAR tem também como finalidade a construção e exploração de aproveitamentos de recursos endógenos de natureza hídrica e eólica na Região Autónoma dos Açores, possuindo atualmente 21 centros produtores (7 parques eólicos e 14 centrais mini hídricas) instalados em 8 ilhas do arquipélago, consoante as condições naturais existentes.

Para a instalação de cada centro produtor, a EDAR efetua um requerimento de licença de produção de energia elétrica não vinculada ao serviço público, junto à entidade do Governo Regional dos Açores com competência na área da energia. A licença fica sujeita à condição de atribuição de licença prévia de estabelecimento, a qual por sua vez é atribuída após consulta ao concessionário do transporte e distribuição acerca dos pontos de interligação e da tensão nominal no ponto de interligação. A licença de produção de energia elétrica é atribuída por cada centro eletroprodutor.

A EDAR enquanto produtora de energia elétrica a partir de fontes renováveis tem, de acordo com o Decreto Legislativo Regional nº.15/96/A, uma garantia de venda sobre toda a eletricidade que produz. Assim, a EDAR tem um contrato de compra de energia elétrica com a entidade concessionária do transporte e distribuição de eletricidade para a RAA, a EDA - Electricidade dos Açores, S.A., no qual esta assume a obrigação de adquirir toda a eletricidade produzida pelos centros produtores da EDAR. A eletricidade produzida é vendida aos preços acordados em contrato e sujeitos a atualização anual com base no Índice de Preços no Consumidor. Em 2015 o preço praticado para toda a energia produzida e cedida foi de 96,20 euros/MWh (2014: 95,90 euros/MWh).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração, em 31 de março de 2016. É opinião da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da EDAR, bem como a sua posição e performance

financeira e fluxos de caixa.

Estas demonstrações financeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A., pelo método da consolidação integral.

## **2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

### **2.1. Base de preparação**

Estas demonstrações financeiras foram preparadas pela EDAR de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2015.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela EDAR, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.23.

### **2.2. Derrogação das disposições do SNC**

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

### **2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras**

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com as do período anterior.

## **3 Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, preparadas no pressuposto da continuidade das operações, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

St  
Cell.  
Jm  
A.  
Del





**3.1. Conversão cambial****i) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras da EDAR e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

**ii) Transações e saldos**

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

**iii) Cotações utilizadas**

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

<b>Moeda</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
USD	1,0887	1,2141
GBP	0,7339	0,7789

**3.2. Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil, ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos e mensuráveis.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	
Centrais geotérmicas	Entre 10 a 20 anos
Centrais hídricas	Entre 10 a 60 anos
Equipamento básico	Entre 8 e 20 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 6 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 e 8 anos
Ferramentas e utensílios	Entre 4 e 14 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 4 e 8 anos

*Handwritten notes and signatures:*  
 \*  
 Cellb.  
 Jm  
 J.  
 Jk

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos gerados pelos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis são efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospetivamente de acordo com o valor recuperável.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos resultados.

### **3.3. Ativos Intangíveis**

Os ativos intangíveis, que compreendem programas de computador e direitos de superfície, encontram-se reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A EDAR reconhece como ativos intangíveis os montantes despendidos com a aquisição de direitos de superfície adquiridos a terceiros para a instalação dos parques eólicos e software adquirido a terceiros, bem como os custos de parametrização incorridos.

A EDAR valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada ou de

*Handwritten signature*

acordo com o período estabelecido no contrato.

A EDAR não possui ativos Intangíveis com vida útil indefinida.

### **3.4. Avaliação e exploração de recursos geotérmicos**

A EDAR desenvolve para além do aproveitamento dos recursos geotérmicos já instalados, trabalhos de perfuração e prospeção e de outra natureza em áreas delimitadas dos campos geotérmicos, para as quais ainda não está determinada a viabilidade comercial da exploração dos recursos geotérmicos, embora esta se afigure provável. Desta forma, e ao abrigo da NCRF 16 – Exploração e avaliação de recursos minerais, os dispêndios incorridos com estudos e testes na fase de prospeção e com a construção de poços e estruturas acessórias são capitalizados como ativos tangíveis em curso, até à data da conclusão acerca da sua exequibilidade técnica e da sua viabilidade comercial. Os custos dos empréstimos obtidos fazem também parte do custo destes nesta fase de avaliação dos ativos, exceto se não tiverem ocorrido dispêndios substanciais que justifiquem a sua suspensão temporária. Durante a fase de prospeção e sempre que exista evidência objetiva de um eventual abandono técnico de um poço geotérmico e outros indicadores de imparidade, são registadas perdas de imparidade sobre o montante determinado, exceto se vier a ser utilizado como poço de injeção.

Os principais indicadores de imparidade resultam (i) da não descoberta durante a fase de prospeção de quantidades comercialmente viáveis de recursos minerais na área geotérmica específica ou, (ii) dos benefícios económicos futuros de uma área geotérmica específica emergente da exploração efetiva dos recursos minerais ou da sua alienação, não serem suficientes para recuperar a totalidade da quantia escriturada do ativo de exploração e avaliação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em Imparidade de investimentos depreciáveis, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Parte das atividades de prospeção são comparticipadas através de fundos dos programas comunitários para a Região Autónoma dos Açores que se encontram registados no Capital próprio.

### **3.5. Imparidade de ativos não financeiros**

A Empresa avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza.

Os ativos com vida útil definida são revistos quanto à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Para efeitos de determinação da existência de imparidade, a Empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a

ch

Pub.

fel

St.  
Dst



Empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospetivamente de acordo com o valor recuperável.

### **3.6. Ativos financeiros**

A Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDAR classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo, ou custo amortizado, os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A EDAR classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para serem mensurados ao custo ou custo amortizado. São registados ao justo valor, os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A EDAR avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a EDAR reconhece uma perda por imparidade na Demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

### **3.7. Inventários**

Os inventários referem-se a materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação.

Os inventários são valorizados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O seu custo inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no local e condição necessária para a sua venda/uso.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

No que se refere aos materiais são registadas perdas por imparidade, quando os mesmos apresentam indicadores de obsolescência técnica ou quando ocorre a descontinuação dos equipamentos a que se referem.

### **3.8. Clientes e Outras contas a receber**

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade quando aplicável. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

O montante de perda por imparidade para um instrumento mensurado ao custo ou ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva inicial do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou (c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve: (i) desreconhecer o ativo; e (ii) reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

### **3.9. Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

### **3.10. Capital**

de  
cult.  
for  
at.  
DST

O capital realizado corresponde à diferença entre a quantia de capital estatutário da empresa e a parte não realizada pelos acionistas.

O capital estatutário da empresa corresponde às ações subscritas pelos acionistas. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

### **3.11. Passivos financeiros**

A Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:

(a) Ao custo ou custo amortizado; ou

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDAR classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar e a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo, ou custo amortizado, os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos e contas a pagar.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

### **3.12. Financiamentos obtidos**

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a EDAR possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

### **3.13. Imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração dos resultados,

exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

### **Imposto corrente**

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa nominal de 16,80%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual que nos termos da legislação em vigor, incide sobre a parcela do lucro tributável superior a 1,5 milhões de euros e inferior a 7,5 milhões de euros (taxa de 2,4%), quando superior a 7,5 milhões de euros e menor que 35 milhões de euros (taxa de 4%) e superior a este montante (taxa de 5,6%).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

### **Imposto diferido**

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

### **3.14. Benefícios aos empregados**

A EDAR tem atribuído aos empregados um plano de complemento de pensões de reforma de contribuição definida, denominado por Futuro+ que é gerido pela BPI Pensões.

Em termos de regime de contribuição o plano prevê:

- a) Contribuição base de 1% do salário pensional pela Empresa sem qualquer condição;
- b) Contribuição voluntária do empregado que a EDAR reforça contribuindo em metade da percentagem da contribuição do empregado até ao limite de 2%.

Relativamente a este plano a Empresa não assume qualquer obrigação de pagamento para além das contribuições, conforme as condições estabelecidas no plano. As contribuições efetuadas são registadas como Gastos com o pessoal na Demonstração dos resultados, no período em que ocorrem.

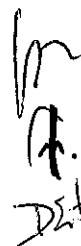
Para além destas responsabilidades registadas a EDAR efetua ainda o pagamento de complementos de reforma a 3 ex-empregados já reformados não abrangidos por qualquer dos planos descritos. A EDAR não efetuou qualquer estudo atuarial desta responsabilidade, nem fez o registo de qualquer provisão.



### **3.15. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a EDAR tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EDAR divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

celh



### **3.16. Subsídios e apoios do Governo**

A EDAR reconhece os subsídios do Estado Português, do Governo Regional e da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

As participações atribuídas à EDAR, a fundo perdido, por conta dos projetos de investimento em ativos tangíveis de uso próprio, são contabilizadas na rubrica de Outras variações de capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas. Os subsídios são subsequentemente creditados na Demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados, na rubrica de Outros rendimentos e ganhos.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

### **3.17. Locações**

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a EDAR detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinados à data de início do contrato. O valor a pagar resultante de um contrato de locação financeira é registado líquido de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a EDAR não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a EDAR tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

### **3.18. Gastos e rendimentos**





Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

### **3.19. Rédito**

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da EDAR. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais atribuídos.

### **Eleticidade**

A faturação de eletricidade é efetuada mensalmente, com base em contagens reais de entregas de eletricidade na rede.

A eletricidade produzida é faturada à EDA, a entidade concessionária da rede de transporte e distribuição na RAA.

### **3.20. Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos aos acionistas da EDAR é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

### **3.21. Compensação de saldos e transações**

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados, salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

### **3.22. Matérias ambientais**

A EDAR reconhece os dispêndios de carácter ambiental, bem como os passivos e ativos com eles relacionados.

Os dispêndios são reconhecidos como custos no período em que são incorridos, exceto se forem realizados para evitar ou reduzir danos futuros e proporcionem benefícios económicos no futuro, sendo nesse caso capitalizados e amortizados sistematicamente ao longo das suas vidas económicas.

São reconhecidas provisões para Matérias ambientais sempre que a EDAR tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

### **3.23. Principais estimativas e julgamentos apresentados**

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da EDAR são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem

*Handwritten notes:*  
da  
Cell.  
pr  
D&T

*Handwritten signature*

razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

### **Estimativas contabilísticas relevantes**

#### **3.23.1. Provisões**

A EDAR analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### **3.23.2. Ativos tangíveis e intangíveis**

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações e amortizações a reconhecer na Demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

Relativamente aos ativos tangíveis em curso relacionados com as atividades de recursos geotérmicos, a avaliação da capacidade de extração de fluídos de cada poço e da sua potência é definida regularmente de forma a determinar a viabilidade individual de cada poço ou da globalidade do campo geotérmico.

A EDAR reconhece no seu Balanço uma estimativa do valor a desembolsar aquando do desmantelamento e remoção dos equipamentos de produção dos aproveitamentos eólicos instalados em propriedade de terceiro. Também a vida útil associada aos parques eólicos, que determina a cadência de reconhecimento desta provisão nos resultados da Empresa tem por base o melhor julgamento da Administração, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível nacional e internacional.

#### **3.23.3. Imparidade**

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EDAR, tais como: i) a disponibilidade futura de financiamento; e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes

indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

### **3.24. Acontecimentos após a data de balanço**

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

## **4 Fluxos de caixa**

### **4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso**

A EDAR não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os períodos apresentados.

### **4.2. Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa	758	620
Depósitos bancários	<u>1.079.728</u>	<u>376.847</u>
	<u><b>1.080.486</b></u>	<u><b>377.467</b></u>

Os valores acima foram os considerados para efeitos da elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

## **5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

### **5.1. Alterações às normas**

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Empresa para o período de 2015.

### **5.2. Alterações nas políticas contabilísticas**

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela EDAR, para os períodos apresentados.

**5.3. Alterações nas estimativas contabilísticas**

A EDAR não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

**5.4. Erros de períodos anteriores**

Não se verificou no período qualquer correção de erros identificados relativamente a períodos anteriores.

ta  
ell  
for  
Ph.  
Dkt

Ph.

## 6 Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014 os movimentos registrados na rubrica dos Ativos fixos tangíveis na Empresa foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
<b>1 de janeiro de 2014</b>								
Custo de aquisição	2.380.364	22.643.530	180.664.999	458.975	101.878	486.901	3.607.353	210.344.000
Imparidade acumulada	-	-	(1.455.516)	-	-	-	-	(1.455.516)
Depreciações acumuladas	-	(11.268.889)	(102.446.327)	(320.663)	(87.333)	(382.749)	-	(114.505.960)
<b>Valor líquido</b>	<b>2.380.364</b>	<b>11.374.641</b>	<b>76.763.156</b>	<b>138.312</b>	<b>14.545</b>	<b>104.153</b>	<b>3.607.353</b>	<b>94.382.524</b>
<b>Movimento de 2014</b>								
Adições	-	-	598.394	23.557	1.569	5.319	3.216.643	3.845.482
Alienações	-	-	(104.570)	-	-	-	-	(104.570)
Transferências e abates	-	-	384.912	-	-	-	(446.007)	(61.095)
Custo de aquisição - Efeito fusão	837.595	-	6.249.616	179.289	9.049	56.574	22.979.948	30.312.071
Imparidade do período	-	-	-	-	-	-	2.045.435	2.045.435
Imparidade - Efeito fusão	-	-	(6.249.616)	-	-	-	(19.952.378)	(26.201.994)
Depreciação - período	-	(1.059.236)	(10.134.804)	(35.458)	(5.950)	(32.143)	-	(11.267.591)
Depreciação - alienações	-	-	26.142	-	-	-	-	26.142
Depreciações acumuladas - Efeito fusão	-	-	-	(179.289)	(8.970)	(56.042)	-	(244.301)
<b>Valor líquido</b>	<b>3.217.959</b>	<b>10.315.405</b>	<b>67.533.230</b>	<b>126.411</b>	<b>10.243</b>	<b>77.861</b>	<b>11.450.994</b>	<b>92.732.103</b>
<b>31 de dezembro de 2014</b>								
Custo de aquisição	3.217.959	22.643.531	187.793.350	661.822	112.496	548.795	29.357.937	244.335.890
Imparidade acumulada	-	-	(7.705.133)	-	-	-	(17.906.943)	(25.612.076)
Depreciações acumuladas	-	(12.328.126)	(112.554.987)	(535.411)	(102.253)	(470.934)	-	(125.991.711)
<b>Valor líquido</b>	<b>3.217.959</b>	<b>10.315.405</b>	<b>67.533.230</b>	<b>126.411</b>	<b>10.243</b>	<b>77.861</b>	<b>11.450.994</b>	<b>92.732.103</b>

cel. 5. m  
69  
Jef



## RELATÓRIO E CONTAS DE 2015

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015 os movimentos registrados na rubrica dos Ativos fixos tangíveis na Empresa foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
<b>1 de janeiro de 2015</b>								
Custo de aquisição	3.217.959	22.643.531	187.793.350	661.822	112.496	548.795	29.357.937	244.335.890
Imparidade acumulada	-	-	(7.705.133)	-	-	-	(17.906.943)	(25.612.076)
Depreciações acumuladas	-	(12.328.126)	(112.554.987)	(535.411)	(102.253)	(470.934)	-	(125.991.711)
<b>Valor líquido</b>	<b>3.217.959</b>	<b>10.315.405</b>	<b>67.533.230</b>	<b>126.411</b>	<b>10.243</b>	<b>77.861</b>	<b>11.450.994</b>	<b>92.732.103</b>
<b>Movimento de 2015</b>								
Adições	-	-	338.028	2.000	27.512	48.799	2.879.867	3.296.206
Alienações	-	-	(746.645)	(8.729)	(1.943)	(7.223)	-	(764.540)
Transferências e abates	-	2.556.993	1.203.291	-	-	-	(3.760.284)	-
Depreciação - período	-	(1.067.702)	(10.278.125)	(36.962)	(8.953)	(22.622)	-	(11.414.364)
Depreciação - alienações	-	-	685.896	8.729	1.943	6.807	-	703.376
<b>Valor líquido</b>	<b>3.217.959</b>	<b>11.804.696</b>	<b>58.735.676</b>	<b>91.449</b>	<b>28.802</b>	<b>103.622</b>	<b>10.570.574</b>	<b>84.552.778</b>
<b>31 de dezembro de 2015</b>								
Custo de aquisição	3.217.959	25.200.525	188.588.024	655.093	138.065	590.371	28.477.517	246.867.556
Imparidade acumulada	-	-	(7.705.133)	-	-	-	(17.906.943)	(25.612.076)
Depreciações acumuladas	-	(13.395.829)	(122.147.215)	(563.644)	(109.263)	(486.748)	-	(136.702.698)
<b>Valor líquido</b>	<b>3.217.959</b>	<b>11.804.696</b>	<b>58.735.676</b>	<b>91.449</b>	<b>28.802</b>	<b>103.622</b>	<b>10.570.574</b>	<b>84.552.778</b>



70  
 A. M.  
 D. S.  
 P. L.

## Adições

Os aumentos registados em ativos tangíveis durante o período de 2015 englobam 416.339 euros de aquisições diretas. Foram ainda realizados investimentos em ativos em curso, no montante de 2.879.867 euros, essencialmente relativos às obras em curso referentes ao investimento efetuado pela EDAR na central hídrica reversível de São Miguel (889.744 euros), na central hídrica Além-Fazenda (482.163 euros), na construção da central geotérmica do Pico Alto (457.870 euros) e na execução de poços de produção e injeção (421.024 euros).

## Ativos em curso

No decorrer do período foram transferidos de ativos em curso 3.760.284 euros para edifícios e outras construções e equipamento básico relacionados com o Aproveitamento hidroelétrico de Além Fazenda na ilha das Flores.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de Ativos em curso referem-se aos seguintes projetos:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Campo Geotérmico Pico Alto</b>		
Construção da central	572.460	114.590
Poços de produção e injeção	13.322.334	12.901.310
Poços de avaliação	6.214.203	5.217.383
Furos termométricos	2.687.858	3.083.725
Outros gastos	2.262.019	2.623.386
	<b>25.058.874</b>	<b>23.940.394</b>
Imparidade	<b>(17.906.943)</b>	<b>(17.906.943)</b>
	<b>7.151.932</b>	<b>6.033.451</b>
<b>Furos geotérmicos - Ribeira Grande</b>		
RG5	1.924.964	1.892.976
PV9, PV10 e PV11	136.760	15.243
Cachaços Lombada	57.314	-
<b>Centrais geotérmicas</b>		
Pico Vermelho	113.790	111.900
<b>Aproveitamentos hidroelétricos</b>		
Ribeira Grande - Flores	144.460	119.303
Além Fazenda - Flores	-	3.278.121
Central Hídrica Reversível - São Miguel	889.744	-
<b>Parques eólicos</b>		
Ilha do Corvo	114.112	-
<b>Parques fotovoltaicos</b>		
Ilha de Santa Maria	37.498	-
	<b>10.570.574</b>	<b>11.450.994</b>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o total dos custos de empréstimos obtidos imputado aos restantes ativos em curso de construção foi de 535.710 euros e de 97.599 euros (Nota 24).

## Imparidade

A identificação de indicadores positivos na avaliação da produtividade dos quatro poços de produção e injeção poços e do potencial do recurso geotérmico no que diz respeito à energia calorífica disponível na área de concessão e sua capacidade para a geração de energia tendo em consideração as produtividades esperadas para esses poços e o comportamento do reservatório, sustentou o arranque da construção de uma central geotérmica de 3,5 MW em 2015. Não obstante, não existindo a certeza absoluta de que a quantia escriturada dos ativos de exploração, que continuam a ser considerados como comercialmente viáveis e mantidos em ativos fixos em curso de construção, poderá, ou não, ser recuperada na totalidade durante o seu uso, foi realizada uma avaliação independente por uma entidade externa, a qual teve por base os seguintes pressupostos:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Vida útil estimada dos ativos	25 anos	20 anos
Custo médio ponderado do capital (WACC)	7,21%	8,22%

O valor de uso desses ativos foi determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados durante a sua vida útil previsível de 25 anos, considerando que a unidade geradora de caixa se consubstancia no Campo Geotérmico do Pico Alto.

Os fluxos de caixa futuros estimados refletem os pressupostos que foram utilizados na elaboração do Plano Estratégico Plurianual 2016/2020 e Orçamento para 2016 aprovado na Assembleia Geral de 30 de dezembro de 2015, documento orientador da política de desenvolvimento do acionista Electricidade dos Açores e das empresas subsidiárias, o qual pressupõe, em primeiro lugar, a construção de uma central de 3,5 MW que poderá ser ampliada em 7 MW, caso se confirme o potencial produtivo do campo geotérmico, estando previsto que a entrada em funcionamento ocorrerá em finais de 2016 e a ampliação possa ser concretizada em finais de 2019. Para a realização destes investimentos foram orçados cerca de 29,8 milhões de euros, que poderão ser cofinanciados num montante estimado de 3.731 milhares de euros, sendo recebidos 932 milhares de euros em 2015.

A determinação das vendas de energia a produzir foi fundada no preço unitário que vigorará em 2016 que se manteve constante para o período projetado de 2016-2040, para o qual foram estimados níveis de produção abaixo da capacidade instalada em cerca de 15% (produção bruta a instalar é de cerca de 80 GWh).

A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC estimado de 7,21%, tendo em conta a estrutura dos capitais investidos e o risco específico destes ativos e mormente por se ter ponderado que os principais pressupostos no seu cálculo poderão não sofrer alterações significativas num cenário de normalidade.

*Handwritten notes:*  
 In the margin, there are several handwritten initials and marks, including what appears to be "da", "cu", and "DST".

*Handwritten signature:*  
 A large, stylized handwritten signature or mark is located in the bottom left corner of the page.



Como cenário de sensibilidade ponderou-se os efeitos da variação de um ponto percentual da WACC e redução ou aumento do nível dos fluxos de caixa descontados em cerca de 15%, com os resultados a seguir indicados:

	<b>Cenário base</b>	<b>Cenários de sensibilidade Variação de 1%</b>	
Custo médio ponderado do capital (WACC)	7,21%	6,21%	8,21%
Valor atual dos fluxos de caixa descontados	2.682.492	5.472.377	336.626
Variação do nível dos fluxos de caixa descontados			
Aumento de 15%	6.328.265		
Redução de 15%	(963.280)		

Com base nos pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso, que, comparativamente ao ano anterior incorporam as alterações de comportamento dos mercados financeiros, a Administração determinou que a quantia recuperável da unidade geradora de caixa fosse estimada em 2.682.492 euros e, consequentemente, não alterar a imparidade estimada no ano anterior.

### **Alienações**

Em 2015 registou-se o desmantelamento do parque eólico da Graciosa.

### **Depreciações**

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos resultados pela sua totalidade, as quais, compreendem 352.989 euros referente às depreciações dos ativos associadas ao desmantelamento ou remoção.

## 7 Ativos intangíveis

O valor dos ativos intangíveis registados pela EDAR refere-se a direitos de superfície adquiridos para instalação dos aproveitamentos eólicos e programas de computador. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

*Handwritten notes:*  
 de  
 cu  
 A. for  
 DH

	<b>Direitos superfície</b>	<b>Software</b>	<b>Total</b>
<b>A 1 de janeiro de 2014</b>			
Custo de aquisição	226.965	13.622	240.587
Amortizações acumuladas	(39.575)	(5.677)	(45.252)
<b>Valor líquido</b>	<b>187.390</b>	<b>7.945</b>	<b>195.335</b>
Adições	-	-	-
Alienações	-	-	-
Amortização - período	(11.348)	(4.540)	(15.888)
Amortização - alienações	-	-	-
	<b>176.042</b>	<b>3.405</b>	<b>179.447</b>
<b>31 de dezembro de 2014</b>			
Custo de aquisição	226.965	13.622	240.587
Amortizações acumuladas	(50.923)	(10.217)	(61.140)
<b>Valor líquido</b>	<b>176.042</b>	<b>3.405</b>	<b>179.447</b>

	<b>Direitos superfície</b>	<b>Software</b>	<b>Total</b>
<b>A 1 de janeiro de 2015</b>			
Custo de aquisição	226.965	13.622	240.587
Amortizações acumuladas	(50.923)	(10.217)	(61.140)
<b>Valor líquido</b>	<b>176.042</b>	<b>3.405</b>	<b>179.447</b>
Adições	-	-	-
Alienações	-	-	-
Amortização - período	(11.348)	(3.405)	(14.752)
Amortização - alienações	-	-	-
	<b>164.694</b>	<b>-</b>	<b>164.694</b>
<b>31 de dezembro de 2015</b>			
Custo de aquisição	226.965	13.622	240.587
Amortizações acumuladas	(62.271)	(13.622)	(75.893)
<b>Valor líquido</b>	<b>164.694</b>	<b>-</b>	<b>164.694</b>

*Handwritten signature:*

## 8 Participações financeiras – Outros métodos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os ativos reconhecidos nesta rubrica, referem-se a participações em instrumentos de capital sobre os quais a Empresa não tem controlo ou influência significativa, os quais se encontram registados ao custo, conforme se indica:

	<u>% detida</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
SEGMA	10	19.988	19.988
ONIAÇORES	0,001	5	5
Fundação Eng. José Cordeiro	25,91	2.494	2.494
		<b>22.487</b>	<b>22.487</b>
Imparidade		-	-
		<b>22.487</b>	<b>22.487</b>

## 9 Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	179.190	1.271.864
Passivos por impostos diferidos	14.929	57.327
	<b>(194.119)</b>	<b>(1.329.190)</b>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

### Ativos por impostos diferidos - Movimentos do período

	<u>Imparidade de clientes</u>	<u>Provisão Desmantelamento Parques Eólicos</u>	<u>Depreciações parque eólico da Serra do Cume</u>	<u>Reexpressão ativos produtivos</u>	<u>Imparidade de ativos</u>	<u>Total</u>
<b>A 1 de janeiro de 2015</b>	-	<b>539.943</b>	<b>49.846</b>	<b>772.535</b>	<b>1.539.810</b>	<b>2.902.134</b>
Constituição por resultados	776	66.120	-	120.950	-	187.846
Reversão por resultados	-	-	-	-	(8.656)	(8.656)
<b>Movimento do período</b>	<b>776</b>	<b>66.120</b>	<b>-</b>	<b>120.950</b>	<b>(8.656)</b>	<b>179.190</b>
<b>A 31 de dezembro de 2015</b>	<b>776</b>	<b>606.063</b>	<b>49.846</b>	<b>893.485</b>	<b>1.531.154</b>	<b>3.081.324</b>

	Provisão Desmantelamento Parques Eólicos	Depreciações parque eólico da Serra do Cume	Reexpressão ativos produtivos	Imparidade de ativos	Total
<b>A 1 de janeiro de 2014</b>	<b>519.778</b>	<b>57.140</b>	<b>746.939</b>	<b>306.413</b>	<b>1.630.270</b>
Constituição por resultados	86.520	-	174.973	1.281.171	1.542.664
Reversão por resultados	-	-	(54.023)	(8.656)	(62.679)
Alteração taxa IRC	(66.355)	(7.294)	(95.354)	(39.118)	(208.121)
<b>Movimento do período</b>	<b>20.165</b>	<b>(7.294)</b>	<b>25.596</b>	<b>1.233.397</b>	<b>1.271.864</b>
<b>A 31 de dezembro de 2014</b>	<b>539.943</b>	<b>49.846</b>	<b>772.535</b>	<b>1.539.810</b>	<b>2.902.134</b>

O poço PA1 (poço abandonado) do Campo Geotérmico do Pico Alto tinha associado uma perda por imparidade de 6.249.616 euros e consequentemente gerou ativos por impostos diferidos no montante de 1.281.171 em 2014.

#### Passivos por impostos diferidos - Movimentos do período

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>A 1 de janeiro</b>	<b>368.426</b>	<b>425.751</b>
Reversão por resultados	(14.929)	(2.974)
Alteração de taxa IRC	-	(54.353)
<b>Movimentos do período</b>	<b>(14.929)</b>	<b>(57.327)</b>
<b>A 31 de dezembro</b>	<b>353.497</b>	<b>368.426</b>

O saldo desta rubrica está associado aos gastos de desmantelamento estimados para os parques eólicos (Nota 19).

## 10 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Materiais diversos	111.329	107.019
	<b>111.329</b>	<b>107.019</b>

O saldo de materiais diversos refere-se a peças de manutenção e reparação, para substituição corrente nos ativos tangíveis de produção, ao inibidor químico utilizado nos poços de produção geotérmicos e Normal Pentano para utilização no sistema de refrigeração dos grupos das centrais geotérmicas.

O custo dos inventários reconhecidos em 2015 como gasto e incluído na rubrica Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 246.287 euros (2014: 265.907 euros) (Nota 25).

## 11 Clientes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a decomposição da rubrica de clientes é como se segue:

		<b>2015</b>	<b>2014</b>
		<b>Corrente</b>	<b>Corrente</b>
Cientes - gerais	i)	5.543	110.345
Cientes - grupo (Nota 36)	ii)	2.921.815	2.908.116
Cientes de cobrança duvidosa		81.566	-
		<b>3.008.924</b>	<b>3.018.461</b>
Imparidade de clientes		(81.566)	-
		<b>2.927.358</b>	<b>3.018.461</b>

i) Clientes - gerais: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrente da prestação de serviços;

ii) Clientes - grupo: o saldo a receber em 2015 refere-se, essencialmente, à eletricidade produzida e faturada no mês de dezembro à EDA (2.876.508 euros) e juros debitados ao acionista (44.647 euros).

Tratando-se de saldos a receber correntes não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

O saldo da rubrica de Perdas por imparidade acumuladas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 tem o seguinte movimento:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>A 1 de janeiro</b>	-	-
Aumentos	81.566	-
<b>A 31 de dezembro</b>	<b>81.566</b>	-

## 12 Estado e outros entes públicos

No período findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	<b>2015</b>		<b>2014</b>	
	<b>Devedor</b>	<b>Credor</b>	<b>Devedor</b>	<b>Credor</b>
Imposto sobre rendimento - IRC	-	690.804	324.752	-
Imposto sobre rendimento - IRS	-	19.847	-	14.665
Imposto sobre valor acrescentado - IVA	-	506.628	-	593.102
Contribuições para segurança social	-	22.722	-	20.508
Imposto a pagar/recuperar	-	<b>1.240.001</b>	<b>324.752</b>	<b>628.275</b>

Para os períodos apresentados o saldo relativo ao IRC tem a seguinte decomposição:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Pagamentos por conta	1.593.411	2.252.558
Retenções na fonte	11.307	10.666
Estimativa de IRC	(2.295.522)	(1.938.472)
	<b>(690.804)</b>	<b>324.752</b>

### **13 Acionistas**

Nos termos da política financeira traçada pelo acionista EDA no que concerne à cedência de fundos a serem efetuados sempre que existam excedentes de tesouraria, o saldo no montante de 28.576.880 euros e 23.520.000 euros corresponde ao valor cedido respetivamente em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os quais vencem juros à taxa Euribor anual de 1,11%. Os juros debitados ao acionista a este respeito perfazem o montante de 307.908 euros (2014: 49.873 euros).

Dada a recente evolução dos indexantes Euribor que desde março de 2015 entraram em terreno negativo, foi determinado que no caso em que a transferência de fundos que tenha natureza de aplicação de excedentes, a taxa a aplicar para o cálculo dos respetivos juros seja a taxa de juro média das emissões de programas de papel comercial de curto prazo no final do mês anterior ao da cedência, ou na ausência de emissões de curto prazo a taxa de emissão de programas de papel comercial de médio e longo prazo, também no final do mês imediatamente anterior ao da emissão, com prazo mais próximo do da cedência. Esta alteração entrou em vigor em 1 de janeiro de 2015.

Esta cedência de fundos sem período de vencimento previsto está classificada em ativo corrente porque as condições da sua atribuição são periodicamente revistas.

de  
cel  
for  
Al.  
Dkt

de

## 14 Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos de outras contas a receber são como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
<b>Outros devedores</b>		
EAA Grants	2.798.257	-
Juros a receber (Nota 13)	252.099	417
Outros devedores	96.821	108.266
	<b>3.147.177</b>	<b>108.683</b>
<b>Pessoal</b>	<b>19</b>	<b>85</b>
<b>Devedores por acréscimos de rendimentos</b>		
Trabalhos a faturar à SEGMA	-	43.554
	-	<b>43.554</b>
	<b>3.147.196</b>	<b>152.322</b>

Como indicado na Nota 18, foi atribuído através do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2009-2014 e no âmbito dos European Economic Area Grants, um subsídio a fundo perdido de 3.731.010 euros para financiamento da construção da central geotérmica do Pico Alto, sendo expectável que o reembolso de 2.798.257 euros ocorra até 2017.

## 15 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a EDAR tem registado na rubrica Diferimentos, os montantes pagos antecipadamente por conta de bens ou serviços a receber em períodos subsequentes como os prémios de seguro.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Seguros	100.102	217.964
	<b>100.102</b>	<b>217.964</b>

## 16 Capital

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da EDAR encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 4.759.994 ações, com o valor nominal de 5 euros cada, detidas pelas seguintes entidades:

	<b>Ações</b>		
	<b>Quantidade</b>	<b>Valor</b>	<b>% detida</b>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	4.744.905	23.724.525	99,68%
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	15.089	75.445	0,32%
	<b>4.759.994</b>	<b>23.799.970</b>	<b>100,00%</b>

## 17 Reservas legais e outras

Estas rubricas registaram os seguintes movimentos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	<b>Reservas legais</b>	<b>Outras reservas</b>	<b>Resultados transitados</b>
<b>1 de janeiro de 2014</b>	2.498.000	14.016	40.282.871
Efeito - fusão	50.000	-	(2.895.846)
Aplicação do resultado do período	422.000	-	8.004.950
<b>1 de janeiro de 2015</b>	<b>2.970.000</b>	<b>14.016</b>	<b>45.391.975</b>
Aplicação do resultado do período	493.000	-	9.361.102
Dividendos atribuídos	-	-	(7.000.000)
<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>3.463.000</b>	<b>14.016</b>	<b>47.753.077</b>

A Reserva legal ainda não se encontra totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

Em conformidade com a Assembleia Geral realizada em 21 de abril de 2015, o resultado apurado no período no montante de 9.854.102 euros foi transferido para Reservas legais, no montante de 493.000 euros e a parte remanescente foi mantida em resultados transitados (9.361.102 euros).

Em Assembleia Geral realizada em 30 de dezembro de 2015, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos através dos resultados transitados que foram assim distribuídos:

EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	6.977.600
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	22.400
	<b>7.000.000</b>



## 18 Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio inclui os montantes reconhecidos a título de subsídios ao investimento não reembolsáveis, que registaram os seguintes movimentos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Subsídios</b>		
<b>1 de janeiro</b>		
Produção geotérmica	13.523.063	12.769.140
Efeito fusão	-	4.275.000
	<u>13.523.063</u>	<u>17.044.140</u>
Produção eólica e hídrica	<u>2.989.238</u>	<u>4.094.589</u>
	<b><u>16.512.301</u></b>	<b><u>21.138.729</u></b>
<b>Atribuição/Anulação de subsídios (Nota 14)</b>		
Produção geotérmica	3.731.010	(2.245.611)
Produção eólica e hídrica	-	(660.972)
	<b><u>3.731.010</u></b>	<b><u>(2.906.583)</u></b>
<b>Amortização do período (Nota 28)</b>		
Produção geotérmica	(1.544.334)	(1.544.334)
Produção eólica e hídrica	(462.406)	(462.406)
	<b><u>(2.006.740)</u></b>	<b><u>(2.006.740)</u></b>
<b>31 de dezembro</b>	<b><u>18.236.571</u></b>	<b><u>16.225.406</u></b>
<b>Outras contas a pagar</b>		
<b>1 de janeiro</b>	(3.385.022)	(3.962.976)
Atribuição do subsídio	(764.858)	-
Anulação do subsídio	-	902.521
Fusão	-	(1.004.625)
Transferência	411.382	471.584
Correção de taxa	-	495.369
	<u>(3.738.498)</u>	<u>(3.098.127)</u>
<b>31 de dezembro</b>	<b><u>14.498.073</u></b>	<b><u>13.127.279</u></b>

Como indicado na Nota 14, foi atribuído através do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2009-2014 e no âmbito dos European Economic Area Grants, um subsídio a fundo perdido de 3.731.010 euros para financiamento da construção da central geotérmica do Pico Alto, sendo expectável que o reembolso de 2.798.257 euros ocorra até 2017.

O saldo não corrente de outras contas a pagar é referente ao imposto a pagar no futuro

relacionado com os subsídios ao investimento reconhecido no capital próprio.

Em 2014, a Administração não tendo expectativas razoáveis procedeu à anulação do subsídio que estimou receber em relação a projetos de investimento concretizados em anos anteriores no montante de 2.906.583 euros, tendo regularizado a quota-parte creditada em resultados em anos anteriores (286.894 euros – Nota 28).

O saldo líquido desta rubrica é subdividido por:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Produção geotérmica	12.489.242	10.750.835
Produção eólica e hídrica	2.008.831	2.376.444
	<b>14.498.073</b>	<b>13.127.279</b>

O ajustamento do imposto a pagar no futuro, no montante de 3.738.497 euros (Nota 22) é reconhecido em outras contas a pagar (2014: 3.385.021 euros).

## 19 Provisões

A Empresa reconhece nas suas demonstrações financeiras uma provisão relativa aos gastos de desmantelamento a incorrer no final do período de exploração dos aproveitamentos eólicos. Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os movimentos nesta rubrica foram como se segue:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>A 1 de janeiro</b>	<b>2.633.865</b>	<b>2.211.824</b>
Efeito financeiro (Nota 20)	42.374	112.016
Dotação do ano - novos parques	-	-
Dotação do ano - alteração pressupostos	280.165	310.025
<b>Movimento do período</b>	<b>322.539</b>	<b>422.041</b>
<b>A 31 de dezembro</b>	<b>2.956.404</b>	<b>2.633.865</b>
Saldo corrente	-	-
Saldo não corrente	2.956.404	2.633.865
	<b>2.956.404</b>	<b>2.633.865</b>

Procedeu-se em 2015 à atualização dos pressupostos no montante de 280.165 euros, assim como ao registo do efeito financeiro associado a essa provisão.

## 20 Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do período, é como segue:

	2015			2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	2.363.636	11.622.727	13.986.364	2.363.636	13.986.364	16.350.000
	<b>2.363.636</b>	<b>11.622.727</b>	<b>13.986.364</b>	<b>2.363.636</b>	<b>13.986.364</b>	<b>16.350.000</b>
Juros a pagar - especialização	25.901	-	25.901	7.265	-	7.265
	<b>2.389.538</b>	<b>11.622.727</b>	<b>14.012.265</b>	<b>2.370.901</b>	<b>13.986.364</b>	<b>16.357.265</b>

Os empréstimos bancários não têm como garantia real atribuída os ativos da EDAR, exceto o valor de 4.909.091 euros relativo ao desembolso do empréstimo EDA Power VII-B, que está coberto por uma garantia bancária prestada pela Caixa Geral de Depósitos. Todos os empréstimos estão negociados em euros.

Os empréstimos bancários referem-se a crédito negociado junto de instituições de crédito, vencendo juro a taxas anuais compreendidas entre 0,24% e 0,82%. Estes empréstimos serão reembolsados até 2024.

Os encargos financeiros são contabilizados de acordo com o princípio da especialização de períodos e, quando não liquidados, são adicionados ao valor nominal do empréstimo bancário.

## 21 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os saldos de fornecedores são os seguintes:

		2015	2014
Fornecedores - gerais	i)	1.056.168	1.332.477
Fornecedores - grupo (Nota 36)	ii)	773.771	578.651
		<b>1.829.939</b>	<b>1.911.127</b>

i) Fornecedores – gerais: parte significativa deste saldo refere-se aos saldos a pagar pela aquisição de diversos materiais e serviços incorporados no processo normal da atividade da empresa;

ii) Fornecedores – grupo: decorre da prestação de serviços das áreas administrativas da EDA e da cedência de pessoal, assim como serviços efetuados nos parques eólicos pela SEGMA.

## 22 Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

		2015			2014		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Fornecedores</b>							
Fornec. investimentos - grupo		272.256	-	272.256	-	-	-
Fornec. investimentos - outros		194.677	-	194.677	515.250	-	515.250
i)		466.933	-	466.933	515.250	-	515.250
<b>Pessoal</b>		41	-	41	-	-	-
<b>Outros credores</b>							
Credores por garantias prestadas	ii)	459.000	-	459.000	-	-	-
Credores diversos		37.135	-	37.135	5.048	-	5.048
Ajustamentos por imposto a pagar	iii)	-	3.738.497	3.738.497	-	3.385.021	3.385.021
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>							
Encargos com remunerações		130.887	-	130.887	136.498	-	136.498
Outros acréscimos de custo	iv)	2.468.590	-	2.468.590	2.498.469	-	2.498.469
		<b>3.562.586</b>	<b>3.738.497</b>	<b>7.301.083</b>	<b>3.155.265</b>	<b>3.385.021</b>	<b>6.540.286</b>

- i) Fornecedores de Investimentos: esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos a pagar a fornecedores de equipamentos, prestadores de serviços de apoio ao investimento em curso;
- ii) Credores por garantias prestadas: incluem as cauções prestadas no âmbito da construção da central geotérmica do Pico Alto;
- iii) Como indicado na Nota 18, o saldo não corrente desta rubrica é referente ao imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento reconhecido no capital próprio;
- iv) Credores por acréscimos de gastos: a rubrica de outros acréscimos de custos refere-se essencialmente à compensação financeira que a EDAR terá de pagar à Região Autónoma dos Açores como contrapartida da exploração dos recursos geotérmicos relativa ao período de 2015 no montante de 2.189.079 euros (2014: 2.192.160 euros) e 279.511 euros (2014: 306.309 euros) respeitantes aos gastos incorridos e a faturar em diversas obras de investimento e de exploração. A taxa de incidência para a determinação da compensação foi de 12,5% em 2015 e 2014.

## 23 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na Demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Vendas de eletricidade		
Hídrica	2.334.779	2.280.721
Eólica	5.958.129	6.946.133
Geotérmica	17.512.632	17.537.280
	<b>25.805.540</b>	<b>26.764.134</b>
Serviços Prestados		
Outros	7.484	109.500
	<b>25.813.024</b>	<b>26.873.634</b>

As vendas de eletricidade, no montante de 25.805.540 euros, são efetuadas na totalidade ao acionista EDA (Nota 36).

## 24 Trabalhos para a própria entidade

O detalhe dos trabalhos para a própria empresa para os períodos apresentados refere-se à seguinte natureza de gastos incorridos:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Fornecimentos e serviços externos	575.079	787.982
Encargos financeiros	535.710	97.599
Gastos com pessoal	1.699	130.289
Outros gastos e perdas	-	324
	<b>1.112.488</b>	<b>1.016.194</b>

Os valores mais significativos capitalizados referem-se ao campo geotérmico do Pico Alto (640.635 euros).

## 25 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe do custo das matérias consumidas demonstra-se como segue:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Inventários iniciais	107.019	78.237
Compras	250.597	294.689
Inventários finais	(111.329)	(107.019)
	<b>246.287</b>	<b>265.907</b>

## 26 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos registados em 2015 e 2014 é como segue:

		<b>2015</b>	<b>2014</b>
Conservação e reparação	i)	2.142.021	2.787.926
Trabalhos especializados	ii)	1.147.837	1.216.621
Subcontratos	iii)	466.824	433.328
Seguros	iv)	421.974	435.198
Formação profissional	v)	137.600	143.600
Vigilância e segurança		122.231	77.839
Rendas e alugueres		117.183	114.568
Deslocações e estadas		104.333	84.378
Eletricidade		74.109	56.435
Transporte de mercadorias		63.273	20.972
Contencioso e notariado		47.243	1.706
Combustíveis		40.984	35.189
Limpeza, higiene e conforto		29.426	30.502
Comunicações		23.753	28.004
Ferramentas e utensílios		23.654	22.179
Publicidade e propaganda		16.667	191.099
Outros (inferiores a 15.000 euros)		57.840	144.312
		<b><u>5.036.952</u></b>	<b><u>5.823.855</u></b>

i) A rubrica de Conservação e reparação refere-se essencialmente a gastos com a aquisição de material a incorporar na conservação do equipamento produtivo da Empresa;

ii) Os gastos com Trabalhos especializados incluem os serviços de informática, os honorários para a revisão legal das contas e auditoria e serviços de apoio das áreas administrativas prestados pelo acionista EDA;

iii) Os gastos com Subcontratos dizem respeito essencialmente à cedência de pessoal do acionista EDA à Empresa;

iv) Seguros contratados para os trabalhos de exploração de recursos geotérmicos e parques eólicos;

v) Formação profissional no âmbito do projeto de construção da Central Geotérmica do Pico Alto participada financeiramente pela EEA Grants.

## 27 Gastos com pessoal

Os Gastos com pessoal incorridos durante os períodos de 2015 e 2014 foram como segue:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Remunerações		
Orgãos sociais	129.796	129.415
Pessoal	753.188	805.641
	<b>882.984</b>	<b>935.056</b>
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	202.222	209.317
Formação profissional	106.315	2.490
Gastos de ação social	11.365	13.033
Pensões	10.336	11.695
Prémios para benefícios reforma	7.762	32.544
Indemnizações	3.033	10.658
Outros	4.307	4.531
	<b>345.340</b>	<b>284.268</b>
	<b>1.228.324</b>	<b>1.219.324</b>

O número médio de empregados em 2015 foi de 40 (2014: 44).

Os gastos com Formação profissional foram no âmbito do projeto de construção da Central Geotérmica do Pico Alto participada financeiramente pela EEA Grants.

Os gastos com Prémios para benefícios reforma incluem as contribuições para planos de contribuição definida no montante de 7.762 euros (2014: 32.544 euros).

Em 2015 o valor pago de complemento de reforma a 3 ex-colaboradores não abrangidos por qualquer dos planos descritos ascendeu a 10.336 euros (2014: 11.695 euros).

## 28 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Reconhecimento de subsídios ao investimento i)	2.006.740	1.719.846
Excesso para estimativa de imposto ii)	122.202	185.257
Rendimentos suplementares	13.537	46.718
Diferenças cambiais	5.054	2.014
Correções relativas a períodos anteriores	3.510	26.142
Outros rendimentos operacionais	400	-
Indemnizações de seguradoras iii)	-	176.325
	<b>2.151.443</b>	<b>2.156.302</b>

i) Esta rubrica refere-se ao reconhecimento dos subsídios ao investimento não reembolsáveis obtidos e reparte-se do seguinte modo:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Produção geotérmica	1.544.334	1.275.466
Produção eólica e hídrica	462.406	444.380
	<b>2.006.740</b>	<b>1.719.846</b>

Em 2014, a Administração não tendo expectativas razoáveis procedeu à anulação do subsídio que estimou receber em relação a projetos de investimento concretizados em anos anteriores, tendo regularizado a quota-parte creditada em resultados em anos anteriores (286.894 euros).

ii) Este montante foi afetado pela correção da taxa de imposto aplicada à derrama adicional (taxa reduzida) em 2015 e pela aceitação do benefício fiscal (SIFIDE) relativos aos anos de 2010 a 2012 em 2014 no valor de 134.933 euros;

iii) Indeminização recebida no montante de 175.825 euros, refere-se a um acidente ocorrido no parque eólico do Faial.

## 29 Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de Outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

		<b>2015</b>	<b>2014</b>
Impostos e taxas	i)	2.216.020	2.212.590
Abates - Investimentos não financeiros	ii)	61.088	-
Donativos		28.795	33.045
Diferenças cambiais		26.927	9.553
Indemnizações de exploração		19.752	16.845
Outros gastos operacionais		15.124	11.486
Insuficiência da estimativa para impostos		3.933	6.258
Correções relativas a períodos anteriores		417	929
Multas e penalidades		229	140
		<b>2.372.285</b>	<b>2.290.846</b>

i) A rubrica de imposto compreende essencialmente a taxa de compensação financeira que a EDAR terá de pagar à Região Autónoma dos Açores pela exploração dos recursos geotérmicos. Até ao final de 2015, o valor da compensação ainda não foi liquidado e ascende a 2.189.079 euros (2014: 2.192.160 euros). A taxa de compensação em 2015 e 2014 que é aplicada sobre as vendas de energia geotérmica é de 12,5%;

ii) Refere-se ao desmantelamento do parque eólico da Graciosa (Nota 19).



### 30 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos similares para os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

		<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Juros e gastos similares suportados</b>			
Juros suportados	i)	115.105	380.703
Outros gastos e perdas financeiros	ii)	231.240	447.378
		<u><b>346.345</b></u>	<u><b>828.081</b></u>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>			
Juros bancários		725	3.474
Juros acionistas (Notas 13 e 36)	iii)	307.908	49.873
		<u><b>308.633</b></u>	<u><b>53.347</b></u>

i) Juros referentes aos empréstimos contraídos pela EDAR para o financiamento das suas atividades;

ii) O montante de 231.240 euros inclui 42.373 euros referentes ao efeito financeiro associado à provisão de desmantelamento dos parques eólicos (2014: 112.016 euros);

iii) Dada a recente evolução dos Indexantes Euribor que desde março de 2015 entraram em terreno negativo, foi determinado que no caso em que a transferência de fundos que tenha natureza de aplicação de excedentes, a taxa a aplicar para o cálculo dos respetivos juros seja a taxa de juro média das emissões de programas de papel comercial de curto prazo no final do mês anterior ao da cedência, ou na ausência de emissões de curto prazo a taxa de emissão de programas de papel comercial de médio e longo prazo, também no final do mês imediatamente anterior ao da emissão, com prazo mais próximo do da cedência. Esta alteração entrou em vigor em 1 de janeiro de 2015.

### 31 Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Imposto sobre rendimento corrente	2.295.522	1.938.472
Imposto sobre rendimento diferido	(194.119)	(1.329.190)
	<u><b>2.101.403</b></u>	<u><b>609.282</b></u>

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do período findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi de 20,5%.

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:



	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Resultado antes de Imposto	8.644.712	10.463.384
Taxa de Imposto	16,8%	18,4%
	<b>1.452.312</b>	<b>1.925.263</b>
Custos não dedutíveis	421.985	420.183
Rendimentos não tributáveis	(31.245)	(419.395)
Utilização de prejuízos fiscais	-	(476.873)
Impostos diferidos	(194.119)	(1.329.190)
	<b>1.648.932</b>	<b>119.988</b>
Tributação autónoma	5.090	3.896
Derrama	447.380	485.398
	<b>2.101.403</b>	<b>609.282</b>
Imposto sobre rendimento corrente	2.295.522	1.938.472
Imposto sobre rendimento diferido	(194.119)	(1.329.190)
Imposto sobre rendimento	<b>2.101.403</b>	<b>609.282</b>
Taxa efetiva de imposto	<b>24,3%</b>	<b>5,8%</b>

*Handwritten notes:*  
 20  
 cu  
 1m  
 17.  
 25

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Taxa de imposto	16,80%	18,40%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual		
> 1.500.0000 e < 7.500.000	2,40%	3,00%
> 7.500.0000 e < 35.000.000	4,00%	5,00%
> 35.000.000	5,60%	7,00%

### 32 Dividendos

Os dividendos pagos durante o período de 2015 foram de 7.000.000 euros.

*Handwritten signature*

### 33 Compromissos

Os compromissos assumidos pela Empresa à data do balanço dos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são como segue:

#### Compromissos para investimentos

Os compromissos assumidos pela EDAR referem-se a adjudicações já efetuadas relativas a empreitadas e são como segue:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Empreitadas	12.128.155	56.423
Equipamentos	140.179	-
	<b>12.268.334</b>	<b>56.423</b>

### 34 Contingências

A EDAR tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

<b>Beneficiário</b>	<b>Objeto</b>	<b>Início</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Vice Presidência Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos no Pico Alto, Ilha Terceira	2015	1.000	-
EUROSCUT	Instalação do sistema hidráulico de ligação da Central Geotérmica do Pico Vermelho aos poços Geotérmicos PV9, PV10 e PV11	2013	-	68.000
CGD	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2012	4.909.091	5.454.545
IROA	Sondagem captação água Vila do Porto	2008	-	9.021
Secretaria Regional da Economia	Atribuição dos Direitos de Prospeção e Pesquisa de Recursos Geotérmicos	2003	224.460	224.460
Alfândega de Ponta Delgada	Isenção de Imposto sobre produtos petrolíferos na aquisição de matérias-primas	1990	2.494	2.494
			<b>5.137.045</b>	<b>5.758.521</b>

#### Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a EDAR não tinha identificado quaisquer passivos contingentes.

#### Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a EDAR não tinha identificado quaisquer ativos contingentes.

### 35 Matérias ambientais

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não foram atribuídos à empresa quaisquer subsídios ou incentivos relacionados com matérias ambientais. Não

foram também reconhecidos nesses períodos quaisquer rendimentos ou gastos relacionados com estas matérias.

A Empresa constituiu uma provisão destinada ao desmantelamento dos equipamentos e infraestruturas dos parques eólicos no final das suas vidas úteis, a qual também incorpora uma parte de componente ambiental (reposição de terrenos nas suas condições iniciais). A Administração utilizou o seu melhor conhecimento do negócio, bem como o seu conhecimento das melhores práticas do mercado, de forma a estimar os gastos que deverão vir a ser incorridos no final dos respetivos períodos de exploração. Estas provisões foram reconhecidas nas demonstrações financeiras da Empresa de acordo com a NCRF 7, constituindo-se por incremento do Ativo, sendo reconhecida anualmente a depreciação do mesmo.

No âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, com exceção daqueles estiveram relacionados com o desenvolvimento de um campo de desgaseificação na área das Caldeiras da Ribeira Grande. Em conformidade com a informação disponível e, embora a atividade possa permanecer, a Administração entende que os danos os prejuízos que possam vir a ocorrer com este acontecimento não assumirão no futuro quaisquer montantes materialmente significativos.

No que respeita aos aproveitamentos hídricos, a Administração considera que, tendo em consideração o tipo de ativos e a lógica de continuidade das operações na Região Autónoma dos Açores, independentemente da existência de um contrato formal que preveja a reversão destes equipamentos produtivos para o Governo Regional ou outra entidade pública, a Empresa terá a responsabilidade de realizar os investimentos de manutenção necessários para manter as condições normais de funcionamento, não havendo lugar a desembolsos futuros com o desmantelamento e/ou remoção destes equipamentos.

A Administração está convicta de que não existem, nesta data, outras obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Sociedade, para além do referido na Nota 34.

### 36 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a EDAR é detida pela EDA que detém 99,68% do capital da empresa.

#### 36.1. Remuneração dos órgãos sociais

Os Órgãos de Gestão da EDAR foram considerados de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos chave da gestão da Empresa. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Remunerações (Nota 27)	129.796	129.415
	<b>129.796</b>	<b>129.415</b>

Os membros dos Órgãos de Gestão da EDAR não realizaram qualquer tipo de contrato com a Empresa, para os períodos apresentados.

Adicionalmente foram pagos aos restantes Órgãos Sociais os seguintes montantes:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Fiscal Único	12.480	17.232
	<b>12.480</b>	<b>17.232</b>

#### 36.2. Transações entre partes relacionadas

##### (a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

##### Acionistas:

EDA – Electricidade dos Açores, S.A.

SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

##### Por via de Acionistas:

GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.

NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.

ONIAÇORES – Infocomunicações, S.A.

CONTROLAUTO-AÇORES - Controlo Técnico de Automóveis, S.A.

INSCO - Insular de Hipermercados, S.A.

BENCOM - Armazenagem e Comércio de Combustíveis, S.A.

J.H.Ornelas & Cª.Suc., Lda.

Varela & Cª., Lda.

Farias, Lda.

Rotapico Logística e Transportes, Lda.

BENTRANS - Carga e Transitários, S.A.

BENSITUR - Sociedade Açoriana de Investimentos Turísticos, Lda.

**(b) Transações e saldos pendentes**
**i) Acionistas:**

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a EDAR efetuou as seguintes transações com os seus acionistas:

**Vendas e serviços prestados**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A. (Nota 23)	25.809.902	26.800.747
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	46.676	-
	<b>25.856.578</b>	<b>26.800.747</b>

**Juros e rendimentos similares obtidos**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A. (Nota 13 e 30)	307.908	49.873
	<b>307.908</b>	<b>49.873</b>

**Compras de produtos e serviços**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	645.405	553.412
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	495.941	365.370
	<b>1.141.346</b>	<b>918.782</b>



Cell  
for  
Att.  
Det



**Saldos devedores e credores**

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os saldos resultantes de transações efetuadas com os acionistas são como segue:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Saldos devedores</b>		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A. a)	31.494.215	26.428.116
	<b>31.494.215</b>	<b>26.428.116</b>
<b>Saldos credores</b>		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	716.127	448.439
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	215.062	117.186
	<b>931.188</b>	<b>565.625</b>

a) Compreende 28.572.400 euros e 23.520.000 euros em dezembro de 2015 e 2014, respetivamente, correspondente às cedências de fundos ao acionista EDA que vence juros conforme indicado na Nota 13.

**ii) Outras partes relacionadas:**

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a EDAR efetuou as seguintes transações com outras partes relacionadas:

**Compras de produtos e serviços**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	121.215	135.829
BENTRANS - Carga e Transitários, S.A.	46.276	7.658
Varela & C <sup>a</sup> ., Lda.	11.108	26.895
J.H.Ornelas & C <sup>a</sup> .Suc., Lda.	8.764	19.812
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	3.753	1.206
INSCO - Insular de Hipermercados, S.A.	249	-
CONTROLAUTO-AÇORES - Controlo Técnico de Automóveis, S.A.	35	27
	<b>191.401</b>	<b>191.428</b>

**Saldos credores**

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas por via de acionistas são como segue:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Saldos credores</b>		
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	77.615	11.602
BENTRANS - Carga e Transitários, S.A.	32.437	5.173
J.H.Ornelas & C <sup>a</sup> .Suc., Lda.	3.726	6.486
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	670	1.424
INSCO - Insular de Hipermercados, S.A.	379	379
Varela & C <sup>a</sup> ., Lda.	13	1.688
	<b>114.839</b>	<b>26.752</b>











### **37 Disposições legais**

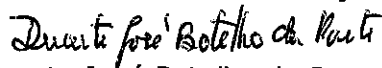

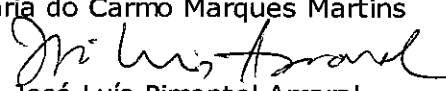
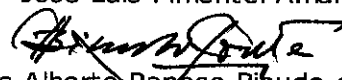
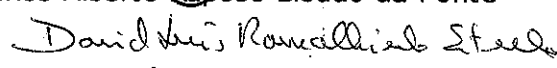
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

### **38 Eventos subsequentes**

Até à data da aprovação destas demonstrações financeiras o Conselho de Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

O Sistema de Normalização Contabilística foi alterado em 29 de julho de 2015, com a publicação do Aviso n.º 8256/2015, com aplicação ao período iniciado em 1 de janeiro de 2016, o qual não produzirá efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa.

O Contabilista Certificado  
  
Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração  
  
Duarte José Botelho da Ponte  
  
Maria do Carmo Marques Martins  
  
José Luís Pimentel Amaral  
  
Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte  
  
David Luís Ramalhinho Estrela

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Senhores acionistas,

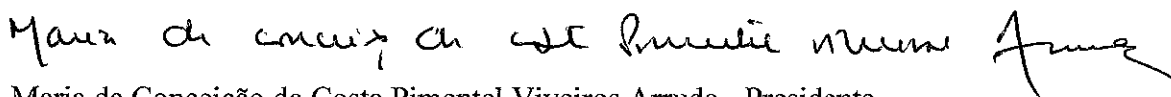
Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o respetivo Anexo da **EDA Renováveis, S.A.**, respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, vem o Conselho Fiscal submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Conselho Fiscal procedeu, com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Conselho Fiscal acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Empresa, tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Conselho Fiscal considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Empresa.
4. O Conselho Fiscal considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

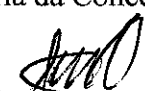
- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o respetivo Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 31 de março de 2016

O Conselho Fiscal



Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda - Presidente

  
Luís Filipe Neves da Silva - Vogal

  
UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **EDA Renováveis, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 123.764.634 euros e um total de capital próprio de 96.071.445 euros, incluindo um resultado líquido de 6.543.309 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o respetivo Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos por Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

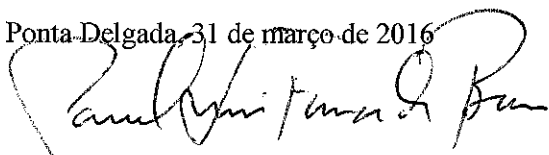
### **Opinião**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **EDA Renováveis, S.A.** em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ponta Delgada, 31 de março de 2016



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
representada por Manuel Luís Fernandes Branco (ROC n.º 652)

## **Relatório de Auditoria**

Exmo. Conselho de Administração

### **Introdução**

1 Examinámos as demonstrações financeiras da EDA Renováveis, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 123.764.634 euros e um total de capital próprio de 96.071.445 euros, incluindo um resultado líquido de 6.543.309 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### **Responsabilidades**

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da EDA Renováveis, S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

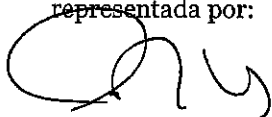
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

***Relato sobre outros requisitos legais***

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

31 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.